



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JAENIRO | 3º BIMESTRE DE 2012

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Luiz Henrique Casemiro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO
ESTADUAL**

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Cláudia Santoro

Cleyton Cesar Souza Monteiro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Dário de Paiva Almeida Junior

Eliane Marcos Macedo

Fabio Souza Pontes

Fernanda Correia de Oliveira

Flávia Augusta Melgaço Rocha Lima

Guilherme Vasconcelos Severino

Gustavo Franco Corrêa

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

José Elias do Nascimento Neto

Juliana de Araujo Castelo Branco Castro

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luisa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Raphael Philipe Moura

Raul José Piedade De Macedo

Renata Gomes Rimes de Almeida

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Victor Hugo Martins Bello Honaiser

O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	8
EXECUTIVE SUMMARY	10
I. Economic Outlook	12
I.I The Domestic and International Context	12
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro	14
I.III Labor Market.....	17
I.IV Inflation	18
I.V External Sector.....	19
I. Panorama Econômico	20
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	20
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	22
I.III Mercado de Trabalho.....	25
I.IV Inflação	26
I.V Setor Externo	27
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	28
III. Resultados Fiscais	30
III.I Resultado Orçamentário Total.....	30
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	31
III.III Resultado Primário	32
IV. Receita Estadual	33
IV.I Receitas Correntes.....	33
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	38
IV.I.3 Receita de Transferências	39
Box 01 – Queda da Receita de Transferência do SUS	42
IV.I.4 Demais Receitas Correntes	44

IV.III Receitas de Capital	45
V. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	47
V.I. Análise Geral da Execução da Despesa.....	47
V.II - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	53
Box 02 – Aplicação dos repasses do SUS	57
Box 03 – Evolução das despesas de pessoal	59
VI - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	62
VI.I Cota Financeira	62
VI.II Pagamento de PD's	63
VI.III Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	64
VI.IV Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	65
VI.V. Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	67
VI. VI Requisições Judiciais de Pagamento.	69
VI.VI.1 Precatórios	69
VI.VI.2 Requisições de Pequeno Valor – RPV	70
VI.VII Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública 70	
VI.VIII. Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	79

Apresentação

Este é o vigésimo sétimo número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o terceiro referente ao exercício de 2012. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a Lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16/07/2012.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As três seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro apresentou, no terceiro bimestre de 2012, crescimento de 23,1% (+R\$ 2.144,29 milhões) nas suas receitas totais, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Tal desempenho superou em 4,9% a meta estipulada para o período; porém no acumulado de janeiro a junho a meta não foi suplantada, alcançando 98,3% do total estipulado. O crescimento registrado no primeiro semestre do ano corrente frente a 2011 teve elevação de 9,6% (+R\$ 2,6 bilhões).

O bom desempenho das Receitas Correntes, no bimestre focalizado (+11,8%), ultrapassou o previsto em pouco mais de R\$ 1,06 bilhão. As rubricas responsáveis por este crescimento foram as seguintes: Receitas Tributárias (+6,8%), pelas por conta das elevações na arrecadação do IPVA (+37,8%), ITCD (39,3%) e Taxas (22,4%); Receitas Patrimoniais (+12,3%) e Receitas de Capital (+473,3%).

Quanto ao ICMS, principal receita do Estado, houve crescimento modesto (+1,7%) no bimestre, o que representa elevação de R\$ 73,09 milhões. O destaque positivo foi o setor de Mercados, Lojas e Magazines (crescimento de 25,5%) e o negativo foi o setor de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural (queda de 25,2%).

No acumulado, a receita do imposto apresentou incremento de R\$ 592,73 (+4,8%), totalizando R\$ 12.861,02 milhões. O resultado positivo é decorrente do bom resultado da arrecadação nos dois bimestres anteriores do setor de Petróleo – que no semestre acumulou a receita de R\$ 2.226,31 milhões, que representa aumento de 11,8% comparado ao 1º semestre de 2011.

As Receitas de Capital tiveram um expressivo crescimento de 473,3% (+R\$ 898,75 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, impulsionado pela obtenção de Operações de Crédito que alcançaram o valor de R\$ 977,15 milhões. No acumulado, a arrecadação foi de R\$ 1.480,11 milhões, o que representa aumento de 66,9% (+R\$ 593,49 milhões) que neutralizou a queda nas receitas de Transferência de Capital (-57,1% ou - R\$ 271,27 milhões).

O Resultado Orçamentário total do terceiro bimestre de 2012 superou em aproximadamente um bilhão de reais o ocorrido no mesmo período de 2011 (+253,9%). O primeiro semestre do ano acumulou R\$ 1.073,34 milhões de superávit orçamentário, porém com queda de 27,6% em relação ao mesmo semestre de 2011, o que representa R\$ 408,85 milhões a menos.

O Resultado Primário do Estado do Rio de Janeiro no 3º bimestre foi de +R\$ 1.017,69 milhões, acarretando aumento de 10,4% frente ao apurado em 2011. No semestre, foi apurado superávit primário de R\$ 1.805,25 milhões, o que representa queda de 38,7% em relação ao ano passado.

No fim desse primeiro semestre de 2012, a dotação inicial autorizada na Lei Orçamentária Anual (R\$ 64,03 bilhões) aumentou em 4,87%, por conta de créditos adicionais autorizados que somaram R\$3,12 bilhões, elevando a despesa para o patamar de R\$67,15 bilhões.

Os créditos adicionais decorrentes de Convênios e Operações de Crédito foram os mais expressivos, totalizando R\$ 2,58 bilhões, majoritariamente alocados na Secretaria de Estado de Obras (R\$2,09 bilhões) suplementando projetos financiados com operações de crédito contratadas neste exercício, como Implantação de Projetos de Infraestrutura, Reforma do Complexo do Maracanã, e Melhoria da Infraestrutura Viária – Pró-Vias. Ainda neste primeiro semestre para obras de recuperação da Região Serrana foram direcionados R\$ 331,6 milhões, provenientes de Convênio firmado com o Governo Federal.

No âmbito dos recursos do Tesouro o orçamento do exercício aumentou em R\$ 155,46 milhões, sendo R\$145,90 milhões proveniente de excesso de arrecadação. Os restantes R\$9,31 milhões são provenientes de superávit financeiro de contrapartida de convênios, incorporados ao orçamento nos termos do art. 43 da Lei 4320/64, a fim de permitir a continuidade da execução dos objetos pactuados.

Até junho foram empenhados e liquidados, respectivamente, 47,94% e 43,82% da dotação disponível. Os Recursos do Tesouro financiaram 72,39% da despesa liquidada, percentual maior do que igual período de 2011 em virtude de aumento considerável das aplicações recursos não provenientes de impostos (FR 01) e de operações de crédito (FRs 11 e 21).

As Outras Despesas Correntes foram equivalentes a 60,9% do montante liquidado no período, apresentando crescimento de 8,75% (+R\$ 1,36 bilhão) em relação a 2011. A variação das despesas com pessoal (+R\$ 456,61 milhões), que totalizaram R\$ 5,1 bilhões no período, refletem os reajustes concedidos no início deste ano, bem como o aumento do quantitativo de servidores em diversas áreas, ingressos por concurso público. As Despesas de Capital, aí incluídos os Investimentos e as Inversões Financeiras, somaram R\$1,42 bilhão até o mês de junho, registrando crescimento de 24,34% em relação a 2011 (+R\$278 milhões).

Os índices constitucionais tiveram um ritmo de execução maior nesse bimestre em comparação ao anterior, sobretudo aqueles estabelecidos pela Constituição Estadual - FAPERJ, FECAM e FEHIS. As despesas com Educação aumentaram em consequência da elevação da despesa de pessoal e dos investimentos. Em relação à aplicação na Saúde destaque para os gastos de custeio e manutenção da rede pública, que apresentaram elevação de 100,7 milhões em relação ao ano passado (+ 19,43%).

Além da Análise Geral da Despesa e do Cumprimento dos Índices Constitucionais, debatemos sobre temas relevantes quando se trata dos gastos públicos: repasse do SUS e despesa de pessoal. O Box 2 versa sobre o valor repassado pelo SUS ao Fundo Estadual de Saúde – FES detalhando as vinculações legais e as despesas executadas pelo Estado com tais recursos. O Box 03 apresenta uma análise da execução da folha de pagamento do Estado do Rio de Janeiro, baseada em um histórico de 2007 a 2011, evidenciando as áreas com maior participação e aquelas que mais aumentaram.

EXECUTIVE SUMMARY

Rio de Janeiro State presented, in the third bimester of 2012, an increase of 23,1% (+R\$ 2.144,29 million) in its total revenue, comparing with the same period last year. The performance exceeded in 4,9% the target stipulated for the period; however for the cumulative revenue from January to June the target was not reached, it amounted to 98,3% of the estimated value.

The growth registered in the first semester of the current year compared to 2011 showed an increase of 9,6% (+R\$ 2,6 billion).

The good performance of Current Revenue in the analyzed bimester (+11,8%), surpassed the estimate in more than R\$ 1,06 billion. The elements responsible for this growth were the following: Tax Revenue (+6,8%), due to increases in the revenues of IPVA (+37,8%), ITCD (39,3%) and Fees (22,4%); also Patrimonial Revenue (+12,3%) and Capital Revenue (+473,3%).

Regarding the ICMS, the main revenue of the State, there was a slight growth (+1,7%) in the bimester, an increase of R\$ 73,09 million. The Markets, Shops and Department Stores sector presented the highest growth (an increase of 25,5%), and the Petroleum, Fuels and Natural Gas the worse performance (decrease of 25,2%).

Considering the cumulative values, the ICMS revenue presented an increase of R\$ 592,73 (+4,8%), amounting to R\$ 12.861,02 million. The positive result is due to the revenue in the Petroleum sector in the two last bimesters – which in the semester amounted to R\$ 2.226,31 million, representing an increase of 11,8% relative to first semester of 2011.

The Capital Revenue presented a significant growth of 473,3% (+R\$ 898,75 million) relative to first semester of last year, compelled by Credit Operations, which reached R\$ 977,15 million. The cumulative revenue was R\$ 1.480,11 million, representing an increase of 66,9% (+R\$ 593,49 million), which counteracted the decline in Capital Transferences (-57,1% or - R\$ 271,27 million).

In the third bimester of 2012 the budget surplus exceeded in approximately R\$ 1 billion the one from the same period in 2011 (+253,9%). The first semester of the year presented a surplus of R\$ 1.073,34, however with a decline of 27,6% relative to first semester of 2011, which represents R\$ 408,85 million less.

The Primary Surplus from Rio State in the third bimester was +R\$ 1.017,69 million, an increase of 10,4% relative to 2011. In the semester, there was a R\$ 1.805,25 million Primary Surplus, representing a decline of 38,7% relative to previous year.

In the end of the first half of 2012, the budget authorized in the Annual Budget Law (R\$ 64.03 billion) increased by 4.87%, due to additional credits authorized totaling R\$ 3.12 billion, bringing the cost to the level of R\$ 67.15 billion.

The additional credits from Loans and Covenants were the most expressive, totaling R\$ 2.58 billion, mostly allocated to the State Department of Works (R\$ 2.09 billion) supplementing projects financed with loans transactions this year, as Implementation of Infrastructure Projects, Reform of Maracanã Complex and Road Infrastructure Improvement - Pro-Routes. Still in the first half for restoration work in the mountainous region were targeted R\$ 331.6 million from the agreement signed with the Federal Government.

About the resources of the Treasury budget for the year increased to U.S. \$ 155.46 million, of which R \$ 145.90 million from excess revenues. The remaining U.S. \$ 9.31 million are from financial surplus counterpart of covenants incorporated into the budget in accordance with art. 43 of Law 4320/64, to allow the carrying of objects agreed.

Until June were committed and settled, respectively, 47.94% and 43.82% of the funding available. Resources Treasury funded 72.39% of expenditure settled, a higher percentage than the same period of 2011 due to significant increase in applications from non-tax resources (FR 01) and loans (FRs 11 and 21).

Other Current Expenditure were equivalent to 60.9% of the amount expended in the period, an increase of 8.75% (+R\$ 1.36 billion) compared to 2011. The change in staff costs (+R\$ 456.61 million), totaling R\$ 5.1 billion in the period, reflecting the increases granted earlier this year and increasing the quantity of servers. The Capital Expenditure, including the Investment and Financial Inversions, totaled R\$ 1.42 billion by the month of June, an increase of 24.34% compared to 2011 (+R\$ 278 million).

The costs linked to the constitutional limit had a higher execution in this quarter compared to the previous one, especially those established by the State Constitution – FAPERJ, FECAM and FEHIS. Education expenses increased in result of the increase in personnel expense and investment. For the implementation in Health highlighting the costs and expenses at the public network maintaining, who had an elevation of R\$ 100.7 million compared to last year (+ 19.43%).

Besides the General Expense Analysis and Compliance Indexes Constitutional we debate on relevant questions when it comes to government spending: the transfer of revenues from SUS and personnel expense. The Box 2 is about the amount transferred to the Health State Fund by SUS detailing the legal bindings and expenditure executed by the state with such resources. The Box 03 presents an analysis of the implementation of the payroll of the State of Rio de Janeiro, based on a history from 2007 to 2011, showing areas with greater participation and those that increased.

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context.

The volatility in the international economy has regained its high level in the second quarter of 2012, influencing the performance of the Brazilian economy. After the brief respite that followed the achievement of agreements to restructure Greece's debt and the massive injection of liquidity into the banking system by the European Central Bank, the financial markets returned to record strong instability since March, a process whose end is still steeped into uncertainty.

The consequence of this instability has been the stagnation of economic activity in developed countries and its dissemination in the form of slower growth in emerging economies. The U.S. economy registered a loss of momentum in the second quarter, reversing the positive signs of the previous quarter: GDP grew 1.5%, against 1.9% in the first quarter. The generation of jobs in the US lost power and consumption returned to show signs of weakness as the families try to reduce their debts levels. Ahead, the prospect of a new standoff over tax policy may lead to a negative result in contractionary impact on aggregate demand, further depressing the economic activity.

Among the emerging countries, China in particular has seen a slowdown in economic growth due to a reduction in exports and the depletion of the expansion of investment, especially in urban infrastructure and real estate. The redefinition of the growth pattern of the Chinese economy, with greater emphasis on household consumption should result in a rate of growth in the range of 7 to 8% per year after averaging 10.2% from 2000 to 2011.

The external uncertainties lead to a fall in exports and investment, helping to keep a low rate of growth for the Brazilian economy as a whole, and the industrial sector in particular. However, the external factors are not alone for explaining the Brazilian low rate of growth. Consumer spending, which had kept pace relatively strong growth in the first quarter, except for automobiles segment, also slowed in recent months, with a 0.8% fall in the retail sales in May. Nevertheless, they still were restricted by the concept, 8.2% higher than in May 2011, while in the extended retail, including sales of automobiles and construction materials, growth was 4.2%.

At the national level, the industrial production registered a sharp decline in recent months, accumulating negative variation of 3.8% in the first half of the year over the same period of 2011. It highlights, in particular, to the segment of capital goods, down 12.5%, followed by consumer durables, down 7.6%. Compared with the previous two months, the Central Bank indicator of economic activity, IBC-Br, remained stable in two months from April to May for the previous two months, reinforcing the perception of a stagnant economic activity. Compared to the same period of 2011, growth was only 0.5%.

In contrast to this situation, the labor market continued to perform well: in May, the occupation was still growing at a much higher rate than the working age population (annual rate of 2.5% against 1.2% respectively, according to SPME/IBGE), the registered unemployment rate reached record lows (5.6% in seasonally adjusted terms), and the average real labor income was still growing at robust rates (5% compared to May 2011). The main limiting factor to the continuity of growth in pace of retail sales seems to

be linked to an increased in household indebtedness in recent years, which rose from 30% to 43% of the average annual income of families, in the first five months of 2012 from the 30% achieved in the same period of 2008. In the same period, debt service as a proportion of average monthly income increased from 18% to 22%.

The picture of slowing economic activity led to a fall in the interest rate and localized reductions in taxes. In the first case, the task of the Central Bank has been facilitated by the relatively benign behavior of inflation, which benefited from the deflationary external environment and reduced space for transfers of exchange rate depreciation to prices, as well as the impact of tax cuts. The *ex-ante* real interest rate (which takes into account the interest and the inflation expected for a year) fell below 2%, a record for the Brazilian economy in recent period of low inflation. On the fiscal side, despite the pressures on spending, the government is reducing tax rates to benefit specific sectors, such as in the IPI reduction for cars, which produces short-term positive effects, as demonstrated by an increase of more than 20% on sales growth in June, compared to May, after seasonal adjustment. More recently, emphasis has been attributed to the need to accelerate investment in infrastructure – including through concessions to the private sector – and to reduce costs, for example, electricity. These measures, therefore, may contribute to be going on a resumption of growth at slightly higher rates, even though that sustainable higher rates in the long term depends on overcoming the bottlenecks that currently affect negatively the overall productivity of the economy.

Despite the devaluation of Real, of more than 20% in the last four months, the exchange rate had no significant impact yet on consumer prices, while wholesale prices are accelerating since April. This is because, until recently, the fall in international commodity prices (agricultural products and minerals with international prices) offset the devaluation. This picture changed in July when, according to the abatement of the U.S. grain harvest due to drought, the price of agricultural products soared on international stock exchanges. Nevertheless, the global and national economic slowdown continues to inhibit transfer of exchange rate changes to prices.

Tax revenues collected administered by the Federal Government Revenue of Brazil in the period from January to June 2012, showed a nominal increase of 8.6% and of 3.0% in real terms over the same period of in 2011. However, there was a sharp slowdown in growth of revenues began in April, and in June. In June, for the first time in years, the real tax revenues fell 6.8% in real terms, in comparison to the same month of the previous year.

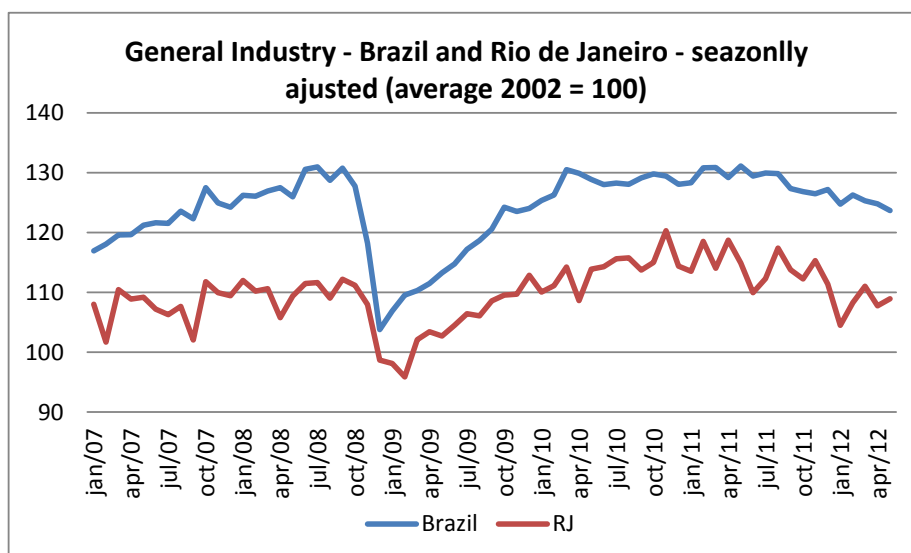
The slowdown in revenue in Q2 (2012/2011) was mainly caused by taxes on profits which fell of 17.3% of income tax/social contribution in comparison to the same period of the last year, caused by the decrease in profitability of companies that report actual profits. In June there was a decrease in the actual collection of the income tax (-13.7%) and social contribution (-7.0%), especially the real decrease of 21.3% in monthly payment estimate; the IOF (-10.1%), mainly due to the reduction of foreign exchange operations; the CIDE-Fuels (-45.5%), due to reduced rates of gasoline and diesel; the IPI-tobacco (-42.7%), the IPI-Cars (-73.7%), and the IPI-Other (-6.5%), due to a reduction in rates applied to the table of the IPI-cars, a fall in industrial production and the incentives to sales (exoneration of white goods and furniture sector), and the

Other Administered revenue (-88.94%), due to the consolidation/prepayment of installments of the special installment debts provided for by law 11.941/2009.

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The performance of the states' economy in the first half of 2012 reflected the context of uncertainty and adjustment that has characterized the Brazilian and international economies. Industrial sector showed a strong decrease in production at the beginning of the year: the level of industrial production in January fell 6.1%, far more than the fall of 1.9% for the country as a whole. Despite the recovery that followed – with an accumulated growth of 6.2% in February and March – the next two months showed a relative loss of momentum in the next two months, so that in two months from April to May industrial output was still 4.4% lower than the figures for the last two months of 2011. The Brazilian economy also recorded a fall, but smaller, at 2.1%.

Chart 1



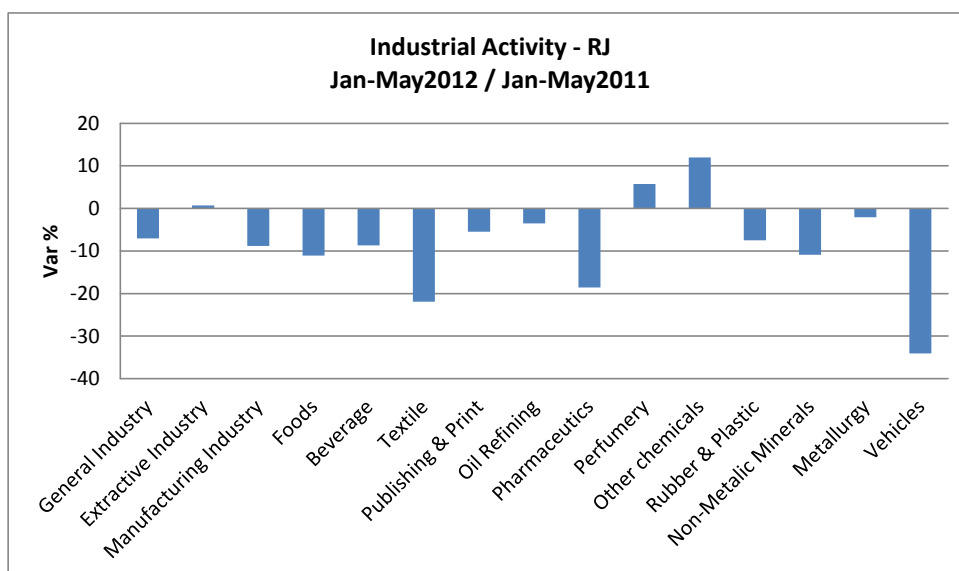
Source: PIM/IBGE

In terms of the main aggregates, the extractive and manufacturing activities showed distinct results in May. The first grew of 1.3% whereas the second fell by 6.4%, respectively, in relation to the same period last year. This pattern is the same for the country as a whole, which mining grew by 2.1%, whereas the manufacturing industry dropped 4.6% over the same period of 2011. In the period from January to May, industrial production fell 7% in Rio de Janeiro compared to the same period 2011, mainly due to retraction of the manufacturing industry, whose reduction was 8.8%.

Data for the fourteen industrial activities shows that the RJ cooling is widespread: in May, production of eleven of these sectors were in a lower level than in May 2011. Worse results were recorded by automobiles (-26.4%) and food (16.7%). Petroleum refining and alcohol (2.7%) and perfumery (42.8%) were those with the better results in this period.

From January to May 2012 compared to the same period of 2011, the largest declines occurred in automobiles (34.1%), textiles (21.9%), pharmaceuticals (18.6%) and food (11.1%). In the year to May, only the production activities "other chemicals" (+12%) and "perfumes, soaps and candles" (+5.8%) registered a positive change.

Chart 2



Source: PIM/IBGE

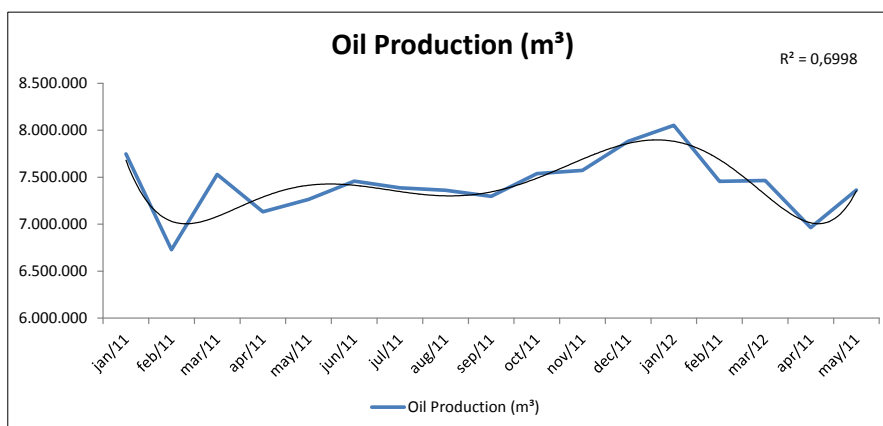
Oil. Oil production in Rio de Janeiro during April-May recorded a slight decrease of 0.5% over the same period in 2011. Still, the sector accumulates a 2.5% rate of growth in the year in comparison to the previous year. The oil industry has benefited from high international prices that occurred in the first quarter due to geopolitical tensions in the Middle East, which took a barrel of Brent crude being traded above \$ 128. Since April, however, that movement was reversed, with the downtrend remained in June and July so that the price of a barrel of Brent crude has been trading around \$ 100.

Table 1

General data on oil production (april/may)			
Discrimination	2011	2012	Variation
Oil Production (m ³)	14.395.646	14.326.842	-0,5%
Cumulative Production (m ³)	36.402.256	37.298.891	2,5%
Average Oil Price (R\$)	1.059	1.257	18,7%
Brent (US\$)	119	115	-3,4%

Source: ANP e EIA

Chart 3



Source: ANP

Trade. Retail sales also showed some slowdown in May, related to the previous month: at the national level, restricted retail sales fell 0.8%, while the fall in RJ was slightly lower, 0.5%. However, this breath loss of sales volume was not sufficient to reverse the growth compared to 2011. At the national level, global retail sales grew 8.2% in May and 9% accumulated in the year. The State of Rio de Janeiro showed quite a similar behavior, however at lower levels: 2.2% in May and 3.1% accumulated in the year.

This difference between the performance of state and national trade in the year to May can be attributed mainly to sales of:

- Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco, which nationally grew 9.3%, while the RJ remained virtually stagnant (range, 0.05%);
- equipment and office supplies, computer and communications (7.7% and 28.1%, respectively);
- other articles of personal and domestic use;
- vehicles, motorcycles, parts and accessories

Table 2

Volume of retail sales - variation accumulated in the year (%) - Until May/2012

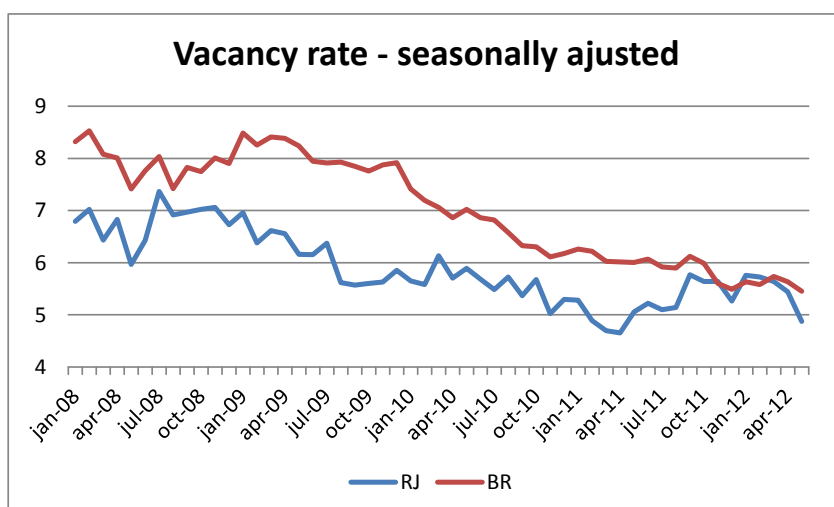
	BR	RJ
Fuels and lubricants	4,4	9,2
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco.	9,3	-0,1
Textiles, clothing and footwear	1,2	1,2
Furniture and appliances	13,7	13,1
Pharmaceuticals, medicals, ortopedics, perfumery and cosmetics	10,5	6,7
Books, newspapers, magazines and stationery	2,3	3,5
Equipment and office supplies, computer and communication	28,1	7,7
Other articles of personal and domestic use	7,7	0,1
Retail Trade	9	3,1
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	-0,8	-6,4
Building material	11,1	7,2
Expanded Retail Trade	5,8	0,9

Source: PMC/IBGE.

I.III Labor Market

According to what is happening at the national-level, data on the labor market in the metropolitan region of Rio de Janeiro, according to the PME/IBGE, contrasts with the performance of the economic activity. Employment in Rio de Janeiro in May was 2.9% higher than May 2011 – higher than the 2.5% growth recorded nationally. This data shows even faster growth of the occupation, as accumulated in the year to May these variations were smaller: 2.1% and 2% respectively. As a result of the favorable behavior of the occupation, the unemployment rate fell from 5.4% in May 2011 to 5.2% in May this year. In seasonally adjusted terms, after growing throughout 2011, the unemployment rate fell again in 2012, to levels below the national average.

Chart 4



Source: PME/IBGE

Considering the position occupied in the main job, there is also a continuing process of formalization of the labor market in the metropolitan area of Rio: accumulated in the year to May, formal jobs rose 2.6%, whereas informal occupations decreased 6.1% during the same period, and while the self-employed workers rose by 0.3% per month. Data from the General Register of Employed and Unemployed – CAGED reinforce this perception, showing a net creation of 86,498 formal jobs in the first half of 2012 in Rio de Janeiro: 9% in manufacturing, 32% in construction, 51% services and 8% in "other sectors". The retail sales was the only one where there was net disconnections, about 9,000 jobs. Although positive, this result represents a decrease compared to 2011, when the net creation of jobs in the first semester was 99,175. The reduction of 12.8%, however, is much lower than that recorded at the national level, 32%. The average income of workers in relation RJ grew 0.4% in May compared with May 2011, and 0.9% on average in the year to May over the same period last year. These numbers are well below those recorded at the national level: 4.9% and 4.8% respectively.

I.IV Inflation

The States' inflation continues to fall when compared to the previous year, as has been occurring in Brazil. The IPCA-RJ had variations of 0.07% in May and 0.23% in June, a different behavior than observed nationwide: 0.36% and 0.08%, respectively. This behavior seems to indicate a change in the pattern of inflation: the first semester IPCA-RJ had accumulated a variation of 3.2%, well above the 2.3% related to Brazil, however below the 3.9% for the first half and 2011. Inflation in the twelve months through June, growth was 5.8%, also lower than the rate registered in the same period of 2011 (6.3%), but still higher than that for the country (4.9%)

A more pronounced inflation in the state of Rio de Janeiro over the country was heavily concentrated in groups of housing, household items and transport. The first two groups are very related to real estate valuation, due to the process of pacification of the favelas of Rio de Janeiro and also due to the increasing demand of major events scheduled in the state, as the World Cup and the Olympics. The group Transportation reflects the increase in bus fares, earlier this year, and fuel.

Table 3

Period	RJ		YTD Through May		Last 12 months	
	May	jun	RJ	BR	RJ	BR
General Index	0,07	0,23	3,16	2,32	5,81	4,92
Foods and Beverages	0,28	1,28	3,29	3,26	7,62	7,33
Housing	0,90	0,12	4,04	3,53	7,88	6,51
Household Articles	0,38	-0,50	0,10	-0,84	1,76	-1,62
Clothing	0,64	0,57	1,28	1,48	5,53	5,28
Transport	-0,47	-0,53	2,77	-1,14	4,01	0,48
Health and Personal Care	0,94	0,63	3,96	3,43	6,18	6,08
Personal Expenses	-1,39	-0,56	4,06	5,55	6,75	9,08
Education	0,03	0,06	6,63	6,70	7,31	7,30
Communication	-0,94	-0,01	-0,07	-0,06	-0,46	0,40

Source: IPCA/IBGE

The item that most influenced the IPCA-RJ in June was Food and Beverage, ranging from 1.3%, which represents important acceleration in the previous month, accounting for 22.1% of the monthly index. Items that showed the largest changes were tomatoes (range, 20.4%), the potatoes (19.1%) and carrots (18.3%), reflecting seasonal factors on the supply side.

The groups for personal expenses and transportation were the main responsible for the containment of high IPCA-RJ result in June together with -0.56% and -0.53% variation, respectively. In Personal Expenses, item Personal Services decreased by 1.66%. Regarding transport, the item Cars New exerted the strongest downward pressure. The fall in prices for sales of new cars occurred due to the reduction of the IPI since May 21, 2012, which led to a fall of 4.70% in prices. Influenced by the new cars, the used cars in the market prices fell by 3.16%.

I.V External Sector

Exports originated in Rio de Janeiro reached \$ 3,860,600,000 in May-June, down 35% in relation to the same period of 2011. This decrease contrasts the behavior of the initial months of the year, since exports in the period January-June nearly repeated the performance of the same period last year (approximately US\$ 14.520 million), while the accumulated 12 months is still observed significant growth of 17%. On the other hand, imports have been increasing since March 2012, up 21.6% in two months from May to June in comparison with the same period of 2011.

I. Panorama Econômico

II O Contexto Internacional e Doméstico.¹

A economia internacional voltou a apresentar elevada volatilidade no segundo trimestre de 2012, influenciando o desempenho da economia brasileira. Após o breve período de alívio que se seguiu à obtenção dos acordos de reestruturação da dívida da Grécia e à injeção maciça de liquidez no sistema bancário pelo Banco Central europeu, os mercados financeiros voltaram a registrar forte instabilidade a partir de março, num processo cujo final ainda se encontra imerso em incertezas.

A consequência dessa instabilidade tem sido a estagnação da atividade econômica nos países desenvolvidos e sua disseminação, sob a forma de desaceleração do crescimento, para as economias emergentes. A economia norte-americana registrou perda de dinamismo no segundo trimestre do ano, revertendo os sinais positivos do trimestre anterior: o PIB cresceu 1,5%, ante 1,9% no primeiro. A geração de empregos nos EUA perdeu força e o consumo voltou a dar sinais de fraqueza à medida que as famílias tentam reduzir seus níveis de endividamento. À frente, a perspectiva de um novo impasse em torno da política fiscal pode resultar em impacto contracionista sobre a demanda agregada, deprimindo ainda mais a atividade econômica.

Entre os emergentes, a China, em particular, vem registrando redução do ritmo de crescimento devido à desaceleração de suas exportações e ao esgotamento da expansão dos investimentos, especialmente em infraestrutura urbana e na área imobiliária. A redefinição do padrão de crescimento da economia chinesa, com maior ênfase no consumo das famílias, deverá acarretar uma redução do crescimento para a faixa de 7 a 8% ao ano, após média de 10,2% de 2000 a 2011.

As incertezas externas têm repercutido internamente por meio de uma redução das exportações e do investimento, contribuindo para manter a economia como um todo, e o setor industrial em particular, em ritmo de baixo crescimento. Mas não são apenas fatores externos os responsáveis pelo baixo crescimento do Brasil. O consumo, que vinha mantendo ritmo relativamente forte de crescimento no primeiro trimestre, exceto pelo segmento de automóveis, também registrou desaceleração nos últimos meses, com queda de 0,8% nas vendas do varejo em maio. Não obstante, estas ainda eram, pelo conceito restrito, 8,2% superiores às de maio de 2011, enquanto no varejo ampliado, que inclui as vendas de automóveis e de materiais de construção, o crescimento era de 4,2%.

A produção industrial nacional registrou forte queda nos meses recentes, acumulando variação negativa de 3,8% no primeiro semestre relativamente a igual período de 2011. Destaca-se, em especial, o segmento de bens de capital, com queda de 12,5%, seguido pelos bens de consumo durável, com queda de 7,6%. O indicador de atividade econômica do Banco Central, o IBC-Br, registrou estabilidade no bimestre abril-maio relativamente ao bimestre anterior, reforçando a percepção de estagnação da atividade econômica. Na comparação com igual período de 2011, houve crescimento de 0,5%.

¹ A análise a seguir foi realizada com dados disponíveis até 01/Agosto/2012.

Contrastando com esse quadro, o mercado de trabalho continuou a apresentar bom desempenho: em maio, a ocupação se mantinha crescendo a taxa bem mais alta que a população em idade ativa (taxa anual de 2,5% contra 1,2%, respectivamente, segundo a PME/IBGE)²; a taxa de desemprego registrou mínimos históricos (5,6% em termos dessazonalizados); e, o rendimento médio real do trabalho ainda crescia a taxas robustas (5% na comparação com maio de 2011). O principal fator limitativo à continuidade do ritmo de crescimento das vendas no comércio parece estar ligado ao aumento do endividamento das famílias nos últimos anos, que levou o peso das dívidas a aumentar de 30% para 43% da renda média anual das famílias entre os primeiros cinco meses de 2008 e de 2012. No mesmo período, o serviço da dívida como proporção da renda média mensal passou de 18% para 22%.

O quadro de desaceleração da atividade econômica vem sendo enfrentado por meio da queda dos juros e de reduções pontuais de impostos. No primeiro caso, a tarefa do Banco Central vem sendo facilitada pelo comportamento relativamente benigno da inflação, refletindo o ambiente externo deflacionário e o espaço reduzido para repasses da depreciação cambial para os preços, além do impacto da redução de impostos. A taxa de juros real *ex-ante* (que leva em conta o juro esperado para um ano, descontado da inflação esperada) caiu abaixo de 2%, um recorde para a economia brasileira em períodos de relativa estabilidade inflacionária. Pelo lado fiscal, não obstante as pressões sobre o gasto, o governo vem desonerando setores específicos, como a redução de IPI para os automóveis, o que produz efeitos positivos de curto prazo, como demonstrado pelo crescimento das vendas em junho, superior a 20% ante maio, após ajuste sazonal. Mais recentemente, ênfase maior passou a ser atribuída à necessidade de acelerar os investimentos em infraestrutura – inclusive por meio de concessões ao setor privado –, e medidas para redução de custos, como, por exemplo, da energia elétrica. A sinalização, portanto, é de que pode estar em curso uma retomada do crescimento a taxas ligeiramente mais elevadas, ainda que sua aceleração numa perspectiva de prazo mais longo dependa da superação dos gargalos que hoje afetam negativamente a produtividade total da economia.

No tocante ao câmbio, vale esclarecer que, apesar da alta do dólar, de mais de 20% nos últimos quatro meses, até o momento não houve impacto sobre a inflação ao consumidor, embora os preços por atacado estejam acelerando desde abril. Isto porque, até recentemente, a queda no preço internacional das *commodities* (produtos agrícolas e minérios com cotação internacional) compensou a desvalorização cambial. Esse quadro se alterou em julho quando, em função da perspectiva de redução da safra de grãos nos EUA devido à seca, o preço dos produtos agrícolas disparou nas bolsas internacionais. Não obstante, a desaceleração da economia mundial e nacional continua a inibir repasse das variações cambiais para os preços.

A arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil, no período acumulado de janeiro a junho de 2012, apresentou um aumento nominal de 8,6% e real de 3,0% em relação ao mesmo período de 2011. No entanto, houve forte desaceleração do crescimento da arrecadação a partir de abril e,

² A PME de junho foi divulgada sem os dados do Rio de Janeiro. Considerando apenas as RMs pesquisadas, a ocupação e a PEA teriam crescido à mesma taxa de 1,6% na comparação com junho de 2011.

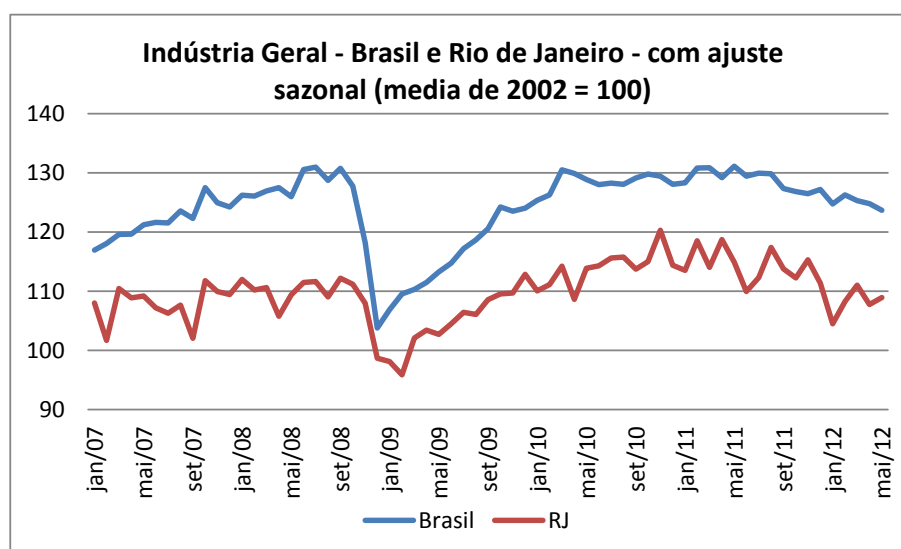
em junho, pela primeira vez no ano, a arrecadação registrou queda real, de 6,8%, em relação o ano anterior.

A desaceleração da arrecadação no 2º trimestre (2012/2011) foi provocada principalmente pela queda de 17,3% do IRPJ/CSLL em relação ao mesmo período do ano anterior, ocasionada pela diminuição da lucratividade das empresas que apuram pelo lucro real. Em junho houve decréscimo real na arrecadação do IRPJ (-13,7%) e da CSLL (-7,0%), especialmente pelo decréscimo real de 21,3% no pagamento por estimativa mensal; do IOF (-10,1%), devido principalmente à redução das operações de câmbio; da CIDE-Combustíveis (-45,5%), devido à redução das alíquotas de gasolina e diesel; do IPI-Fumo (-42,7%), IPI-Automóveis (-73,7%), IPI-Outros (-6,5%), devido à alteração na tabela do IPI-Automóveis, à queda na produção industrial e à desoneração de produtos da linha branca e do setor de móveis; e, das Outras Receitas Administradas (-88,94%), decorrência da consolidação/antecipação de parcelas de débitos do parcelamento especial previsto na lei 11.941/2009.

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. O desempenho da economia fluminense no primeiro semestre de 2012 refletiu o quadro de incertezas e ajustes que tem caracterizado as economias internacional e brasileira. O setor industrial apresentou forte queda de produção no início do ano: o nível de produção industrial de janeiro caiu 6,1%, bem mais que a queda de 1,9% para o país como um todo. Apesar da recuperação que se seguiu – com crescimento acumulado de 6,2% em fevereiro e março – houve relativa perda de dinamismo nos dois meses seguintes, de modo que no bimestre abril-maio a produção industrial ainda era 4,4% inferior à do último bimestre de 2011. A economia brasileira também registrou queda, porém menor, de 2,1%.

Gráfico 1



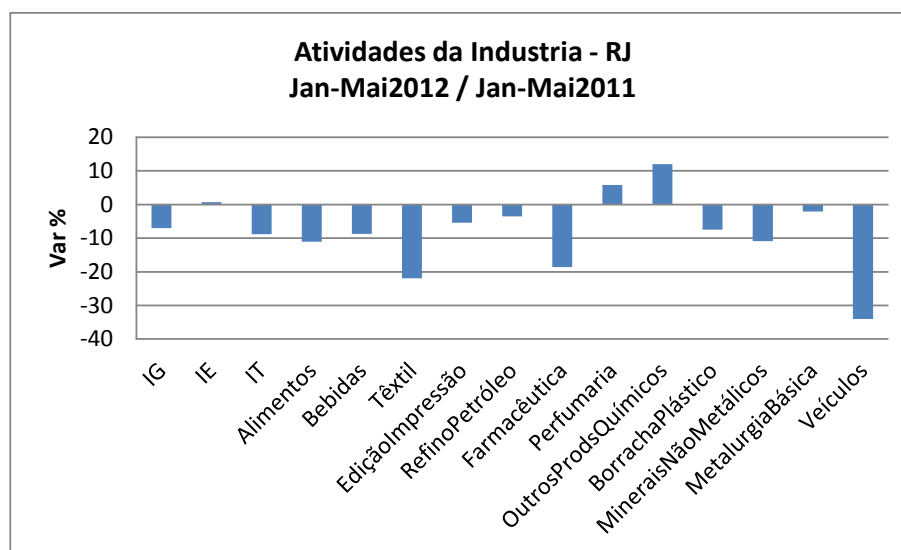
Fonte: PIM/IBGE

Em termos dos principais agregados, as indústrias extrativa e de transformação fluminenses em maio apresentaram expansão de 1,3% e queda de 6,4%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. O padrão é o mesmo para Brasil, que apresentou crescimento de 2,1% para a indústria extrativa e queda de 4,6% para indústria de transformação em relação ao mesmo período de 2011. No período janeiro-maio, a produção da indústria fluminense caiu 7% frente a igual período de 2011, principalmente pela retração da indústria de transformação, cuja redução foi de 8,8%.

A análise das quatorze atividades industriais em que o setor é desagregado no RJ revela que o quadro de arrefecimento é generalizado: onze desses setores estão em patamar produtivo menor que o de maio de 2011. As quedas mais expressivas foram registradas pelos segmentos de veículos automotores (-26,4%) e de alimentos (-16,7%). Refino de petróleo e álcool (2,7%) e perfumaria (42,8%) foram as principais variações positivas no mês nessa base de comparação.

De janeiro a maio de 2012, comparado ao mesmo período de 2011, as maiores quedas ocorreram em veículos automotores (-34,1%), têxtil (-21,9%), farmacêutica (-18,6%) e alimentos (-11,1). No acumulado do ano até maio, apenas as atividades de produção de “outros produtos químicos” (12%) e “perfumaria, sabões e velas” (5,8%) apresentaram variação positiva.

Gráfico 2



Fonte: PIM/IBGE

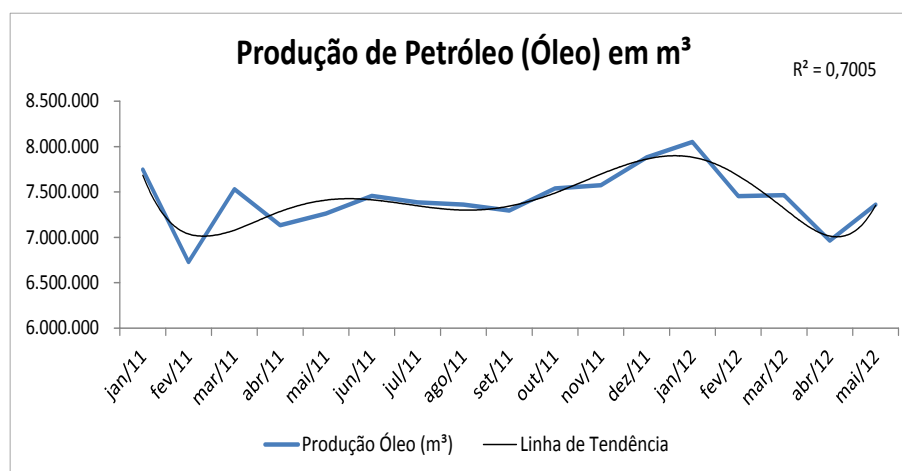
Petróleo. A produção de petróleo no RJ no período de abril-maio registrou ligeira queda, de 0,5% em relação ao mesmo período de 2011. Ainda assim, o setor acumula no ano uma alta na produção de 2,5% em relação ao ano anterior. A indústria do petróleo se beneficiou da alta de preços no mercado internacional que ocorreu no primeiro trimestre do ano em função de tensões geopolíticas no Oriente Médio, as quais levaram o barril do tipo Brent a ser negociado acima de US\$ 128. Desde abril, contudo, houve reversão daquele movimento, com a tendência de baixa se mantendo em junho e julho de modo que o preço do barril do tipo Brent tem sido negociado em torno de US\$ 100.

Tabela 1

Dados gerais sobre a produção do petróleo (abril/maio)			
Discriminação	2011	2012	Variação
Produção Óleo (m ³)	14.395.646	14.326.842	-0,5%
Produção acumulada (m ³)	36.402.256	37.298.891	2,5%
Preço Médio Óleo (R\$)	1.059	1.257	18,7%
Brent (US\$)	119	115	-3,4%

Fonte: ANP e EIA

Gráfico 3



Fonte: ANP

Comércio. As atividades do comércio também mostraram algum arrefecimento em maio frente ao mês anterior: em nível nacional, as vendas do varejo restrito caíram 0,8%, enquanto no RJ a queda foi um pouco menor, de 0,5%. No entanto, essa recente perda de fôlego do volume de vendas não foi ainda suficiente para reverter o crescimento na comparação com 2011. Em nível nacional, as vendas globais do varejo cresciam 8,2% em maio e 9% no acumulado no ano. O RJ apresentou semelhante comportamento, porém em patamares mais reduzidos: 2,2% em maio e 3,1% no acumulado do ano.

Essa diferença entre o desempenho do comércio estadual e o nacional no acumulado do ano até maio pode ser atribuído principalmente às vendas de:

- “Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo”, que em nível nacional cresceram 9,3%, enquanto no RJ permaneceram praticamente estagnadas (variação de -0,05%);
- “Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação” (7,7% e 28,1%, respectivamente);
- “Outros artigos de uso pessoal e doméstico” (0,1% e 7,7%) e
- “Veículos, motocicletas, partes e peças” (-6,4% e -0,8%).

Por outro lado, as vendas de “Materiais de construção” apresentavam alta expressiva no acumulado no ano até maio: 7,2% para o RJ e 11,1% para Brasil.

Tabela 2

Volume de vendas do comércio varejista - variação acumulada no ano (%) - Até Maio/2012

	BR	RJ
Combustíveis e lubrificantes.	4,4	9,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.	9,3	-0,1
Tecidos, vestuário e calçados.	1,2	1,2
Móveis e eletrodomésticos.	13,7	13,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos.	10,5	6,7
Livros, jornais, revistas e papelaria.	2,3	3,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação.	28,1	7,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,7	0,1
Comércio varejista	9,0	3,1
Veículos, motocicletas, partes e peças.	-0,8	-6,4
Material de construção.	11,1	7,2
Comércio varejista ampliado	5,8	0,9

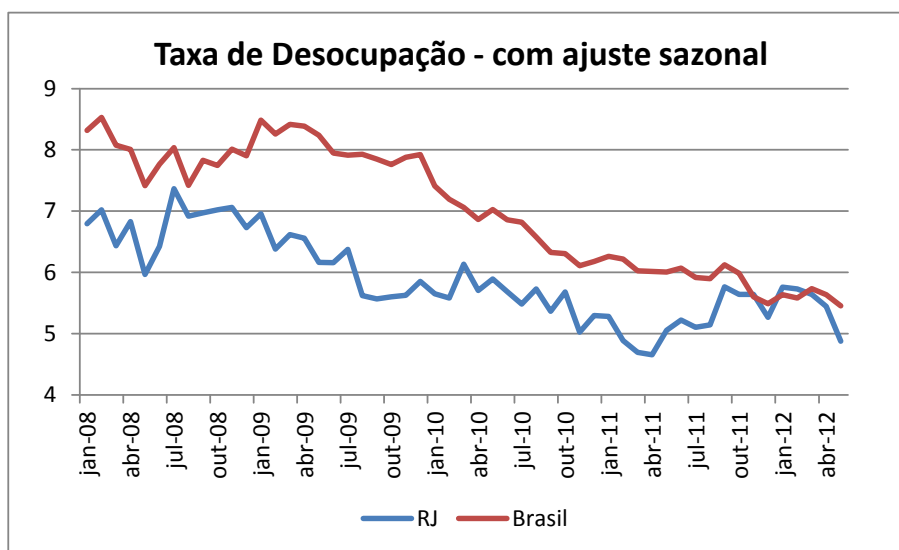
Fonte: PMC/IBGE.

I.III Mercado de Trabalho

De mesma forma que em nível nacional, os dados relativos ao mercado de trabalho na região metropolitana do RJ, conforme a PME/IBGE³, contrastam com o desempenho da atividade econômica. A população ocupada em maio no RJ era 2,9% superior à de maio de 2011 – crescimento superior aos 2,5% registrados em nível nacional. Esse dado mostra inclusive aceleração do crescimento da ocupação, já que no acumulado no ano até maio essas variações eram menores: 2,1% e 2%, respectivamente. Como consequência do comportamento favorável da ocupação, a taxa de desocupação caiu de 5,4% em maio de 2011 para 5,2% em maio deste ano. Em termos dessazonalizados, depois de crescer ao longo de 2011, a taxa de desocupação voltou a cair em 2012, situando-se abaixo da média nacional.

³ Os dados do mercado de trabalho da RM do RJ referentes a junho não foram divulgados pelo IBGE.

Gráfico 4



Fonte: PME/IBGE

Considerando a posição na ocupação no trabalho principal, observa-se a continuidade do processo de formalização no mercado de trabalho da RM do Rio: no acumulado no ano até maio, os postos de trabalho com carteira assinada cresceram 2,6%; os sem carteira assinada diminuíram 6,1% no mesmo período enquanto os trabalhadores empregados por conta própria cresceram 0,3%. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED reforçam essa percepção, registrando-se criação líquida de 86.498 postos de trabalho formais no primeiro semestre de 2012 no RJ, sendo 9% na indústria de transformação, 32% na construção civil, 51% em serviços e 8% nos “demais setores”. O setor de comércio foi o único onde houve desligamentos líquidos, cerca de nove mil postos. Apesar de positivo, esse resultado representa um recuo em relação a 2011, quando a criação líquida de postos de trabalho no primeiro semestre foi de 99.175. A redução de 12,8%, no entanto, é bem menor do que a registrada em nível nacional, de 32%. O rendimento médio real dos trabalhadores do RJ cresceu 0,4% em maio na comparação com maio de 2011, e 0,9% na média do ano até maio relativamente a igual período do ano anterior. Esses valores encontram-se bem abaixo daqueles registrados em nível nacional: 4,9% e 4,8%, respectivamente.

I.IV Inflação

A trajetória de inflação fluminense segue em queda quando comparada à do ano anterior, tal como vem ocorrendo no Brasil. O IPCA-RJ teve variações de 0,07% em maio e 0,23% em junho, comportamento diferente ao observado em âmbito nacional: 0,36% e 0,08%, respectivamente. Esse comportamento parece sinalizar uma mudança de padrão da inflação fluminense: no primeiro semestre o IPCA-RJ acumulou variação de 3,2%, bem superior aos 2,3% relativos ao Brasil, porém abaixo dos 3,9% relativos ao primeiro semestre de 2011. A inflação acumulada em doze meses até junho, a variação foi de 5,8%,

índice igualmente inferior ao registrado no mesmo período de 2011 (6,3%), mas ainda superior àquela verificada para o país (4,9%).

A inflação mais acentuada no Rio de Janeiro em relação ao País esteve fortemente concentrada nos grupos de Habitação, Artigos de Residência e Transportes. Os dois primeiros estão muito associados à valorização imobiliária decorrente do processo de pacificação das favelas do Rio de Janeiro e também à crescente procura em razão da realização de grandes eventos programados no Estado, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. O grupo de Transportes reflete a elevação das passagens de ônibus, no início do ano, e dos combustíveis.

Tabela 3

Período	RJ		Acumulado no ano até maio		Acumulado em 12 meses	
	Mai	jun	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	0,07	0,23	3,16	2,32	5,81	4,92
Alimentação e bebidas	0,28	1,28	3,29	3,26	7,62	7,33
Habitação	0,90	0,12	4,04	3,53	7,88	6,51
Artigos de Residência	0,38	-0,50	0,10	-0,84	1,76	-1,62
Vestuário	0,64	0,57	1,28	1,48	5,53	5,28
Transportes	-0,47	-0,53	2,77	-1,14	4,01	0,48
Saúde e Cuidados Pessoais	0,94	0,63	3,96	3,43	6,18	6,08
Despesas Pessoais	-1,39	-0,56	4,06	5,55	6,75	9,08
Educação	0,03	0,06	6,63	6,70	7,31	7,30
Comunicação	-0,94	-0,01	-0,07	-0,06	-0,46	0,40

Fonte: IPCA/IBGE

O item que mais pressionou o IPCA-RJ em junho foi Alimentação e Bebidas, com variação de 1,3%, o que representa aceleração importante em relação ao mês anterior, contribuindo com 22,1% no índice mensal. Os artigos que apresentaram as maiores variações foram o tomate (variação de 20,4%), a batata-inglesa (19,1%) e a cenoura (18,3%), refletindo fatores sazonais pelo lado da oferta.

Os grupos referentes a Despesas Pessoais e Transportes foram os principais responsáveis pela contenção da alta do resultado do IPCA-RJ em junho, com -0,56% e -0,53% de variação, respectivamente. Em Despesas Pessoais, o item Serviços Pessoais apresentou queda de 1,66%. Em relação aos Transportes, o item Automóveis Novos exerceu a mais forte pressão para baixo. Isto ocorreu em razão da redução do IPI desde 21 de maio de 2012, o que levou a uma queda de 4,70% nos preços. Influenciado pelos Automóveis Novos, no mercado dos automóveis usados os preços se reduziram em 3,16%.

I.V Setor Externo

As exportações originadas no RJ alcançaram US\$ 3.860,6 milhões no bimestre maio-junho, uma queda de 35% em relação a igual período de 2011. Essa queda contrasta o comportamento dos meses iniciais do ano, já que no período janeiro-junho as exportações praticamente repetiram o desempenho de igual período do ano anterior (aproximadamente US\$ 14.520 milhões), enquanto no acumulado de 12 meses ainda se observa crescimento expressivo, de 17%. Do lado das importações, os valores têm sido crescentes desde março de 2012, com alta de 21,6% no bimestre maio-junho em comparação 2011.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais⁴ de arrecadação para 2012 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 477/2012, publicada no mês de Janeiro.

No terceiro bimestre de 2012, a **Receita Total** realizada superou em 4,9% a meta estipulada para o período; porém no acumulado de janeiro a junho a meta não foi superada, alcançando 98,3% do total estipulado. O resultado positivo no bimestre se deve sobretudo ao bom resultado das Receitas Correntes que alcançaram a marca de 111,7% do previsto no bimestre e 102,6% no acumulado, enquanto as Receitas de Capital ficaram abaixo do esperado, tendo alcançado 68,0% do total estipulado para o período.

Entre as Receitas Correntes, as que mais se destacaram foram as Receitas Patrimoniais e a conta de Outras Receitas Correntes. A primeira superou a meta em 40,7% do total estipulado para o bimestre (R\$ 621,76 milhões acima do esperado), graças ao bom desempenho das receitas de *Royalties* e *Participação Especial*.

Quanto às Outras Receitas Correntes, estas também tiveram um aumento expressivo quando comparado ao estipulado para o bimestre do total esperado alcançando a marca de 263,7% com um aumento de R\$ 394,23 milhões. Isso se deve ao desempenho das receitas de Multas e Juros e da Dívida Ativa relacionado ao programa REFIS.

Já as Receitas Tributárias tiveram um desempenho um pouco abaixo da previsão inicial: com um realizado de R\$ 5.762,43 milhões no bimestre, atingiram 98,9% da meta.

Por sua vez, as Receitas de Capital atingiram 68,0% da meta estipulada para o bimestre e apenas 56,4% no acumulado. O resultado das Operações de Crédito foi positiva, com um aumento de R\$ 684,98 milhões em relação ao estipulado. As Alienações de Bens ficaram abaixo da meta, pois foi postergado para o segundo semestre desse ano a alienação de ativos para

Tabela 4
METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA 2012

(art 13º da LRF)

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI-JUN) 2012	RECEITA REALIZADA (MAI-JUN) 2012	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-JUN) 2012	RECEITA REALIZADA (JAN-JUN) 2012	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES*	9.068,73	10.129,46	111,7%	27.501,53	28.211,33	102,6%
TRIBUT.	5.826,16	5.762,43	98,9%	18.048,84	17.618,55	97,6%
CONTRIB.	133,92	188,41	140,7%	524,92	582,70	111,0%
PATRIM.	1.526,13	2.147,89	140,7%	4.157,32	4.893,71	117,7%
AGROPEC.	0,04	0,02	44,3%	0,07	0,07	97,9%
INDUST.	13,37	0,02	0,2%	13,42	0,12	0,9%
SERV.	61,31	97,49	159,0%	165,48	168,57	101,9%
TRANSF. CORR.	986,43	927,41	94,0%	2.958,30	2.755,68	93,2%
OUTRAS	240,83	635,06	263,7%	659,67	1.107,12	167,8%
INTRAORÇAMENTÁRIA	280,55	370,73	132,1%	973,50	1.084,82	111,4%
REC. CAPITAL*	1.678,47	1.141,06	68,0%	2.777,67	1.566,59	56,4%
OPER. CRÉDITO	292,18	977,15	334,4%	876,53	1.156,17	131,9%
ALIEN. BENS	1.179,01	11,51	1,0%	1.208,12	17,01	1,4%
AMORT. EMPRÉST.	34,62	41,56	120,1%	118,55	103,47	87,3%
TRANSF. CAP.	164,91	58,40	35,4%	551,93	203,40	36,9%
OUTRAS	0,00	0,02	-	0,00	0,06	-
INTRAORÇAMENTÁRIA	7,76	52,40	675,4%	22,54	86,48	383,7%
Total	10.747,20	11.270,51	104,9%	30.279,20	29.777,92	98,3%

* Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

⁴ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intraorçamentárias.

capitalização do RIOPREVIDÊNCIA que fora inicialmente previsto para este bimestre. O desempenho das contas Receitas de Capital estão detalhadas na Seção III.2.

As metas de execução estabelecidas no Cronograma de Desembolso Financeiro anexo à resolução SEFAZ nº 478, de 27 de Janeiro de 2012, estimou que neste 1º semestre as despesas pagas alcançariam R\$ 26,08 bilhões. Apurados os registros contábeis a meta estabelecida foi ultrapassada em 3,7%, conforme demonstrado na Tabela 5.

No período de Jan-Jun deste exercício o somatório das despesas realizadas incluídos os Restos a Pagar de 2011, totalizaram R\$ 27,04 bilhões, + R\$ 959,24 milhões acima da meta.

As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais apresentaram um comportamento idêntico ao do bimestre passado, inferior à meta estabelecida.

As demais rubricas superaram a meta estabelecida. As Outras Despesas Correntes representam 62% (R\$ 16,80 bilhões) das despesas pagas no 1º semestre. Tal montante se dá por conta do quantitativo de recursos requeridos pelas despesas não discricionárias, que compreende o pagamento de Aposentadorias, Reformas, Pensões, Contribuições, Distribuição Constitucional de Receitas e demais despesas alocadas em Encargos gerais do Estado. Inclui-se também R\$938 milhões de pagamento de RP/2011.

Merece destaque o expressivo montante de recursos pagos em investimentos e inversões, (R\$1,79) que inclui o pagamento do RP R\$ 648 milhões, realização de obras (R\$ 632,44 milhões), aquisição de bens (R\$ 77,78 milhões) e despesas de Exercícios Anteriores (R\$ 192,79 milhões).

O serviço da dívida com pequena variação acima da meta, porém compatível com as variáveis que regulamentam os pagamentos: condições contratuais e Receita Líquida Real registrada no período em análise.

Tabela 5
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*
ESTADO DO RIO DE JAN-JUN 2012

Em R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2012**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-JUN***	RP 2011 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-JUN2012	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	6.736	5.939	185	6.124	90,9%
OUTRAS DESPESAS	16.030	15.867	938	16.804	104,8%
INVESTIMENTOS / INVERSÕES	1.142	1.147	648	1.795	157,2%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	2.182	2.325		2.325	106,6%
TOTAL	26.089	25.278	1.771	27.048	103,7%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias/ Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 478

***Fonte: SIG em 16/07/2012

Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2011.

III. Resultados Fiscais⁵

III.I Resultado Orçamentário Total

O Resultado Orçamentário total do terceiro bimestre de 2012 foi R\$ 1.005,85 milhões maior que o mesmo período de 2011 e, como se pode verificar na tabela 6, houve um aumento de 253,9%. O semestre de janeiro a junho de 2012 acumula R\$ 1.073,34 milhões de superávit orçamentário, porém com queda de 27,6% em relação ao mesmo semestre de 2011, o que representa R\$ 408,85 milhões a menos.

– **Receita Total:** os resultados fiscais positivos apresentados estão relacionados ao desempenho da Receita Total, que cresceu 23,1% em relação ao 3º bimestre de 2011. A Receita Tributária, rubrica mais importante entre as receitas, apresentou uma expansão neste período, de 6,8%. As Receitas Patrimoniais aumentaram 12,3% e as de Transferências recuaram 5,1%. Destaque-se o aumento das Demais Receitas Correntes e Receitas de Capital no valor de R\$ 477,78 e R\$ 898,75 milhões respectivamente no bimestre, acarretando aumento percentual de 107,8% e 473,3%. A principal explicação para isso está no programa de REFIS estadual⁶ e a primeira parcela da operação de crédito concedido pelo Banco do Brasil. Essa significativa melhora influenciou o crescimento no semestre, aumento de 9,6% (+ R\$ 2.600,87 milhões) em relação ao 1º Semestre de 2011.

– **Despesa Total:** Apresentou crescimento de 12,7% (+R\$ 1.108,45 milhões) e 11,7% (+R\$ 3.009,73) no bimestre e no acumulado, respectivamente. O fator que mais influenciou este aumento foi o comportamento da Despesa Corrente no item Pessoal e Encargos Sociais, que aumentou 16,0% no bimestre e 14,8% no acumulado, efeito das políticas de concessão de reajustes salariais para diversas categorias, conforme já mencionado nas

Tabela 6

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
I. RECEITA TOTAL (A)	9.156,22	11.270,51	23,1%	27.177,04	29.777,92	9,6%
I.1 RECEITA CORRENTE	8.729,67	9.758,72	11,8%	25.479,35	27.126,51	6,5%
I.1.1 Tributária	5.395,56	5.762,43	6,8%	16.660,15	17.618,55	5,8%
I.1.2 Patrimonial	1.913,48	2.147,89	12,3%	4.720,04	4.893,71	3,7%
I.1.3 Transferências	977,41	927,41	-5,1%	2.844,71	2.755,68	-3,1%
I.1.4 Demais Correntes	443,22	921,00	107,8%	1.254,45	1.858,58	48,2%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	189,90	1.088,65	473,3%	886,62	1.480,11	66,9%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	236,65	423,14	78,8%	811,07	1.171,30	44,4%
II. DESPESA TOTAL (B)	8.760,13	9.868,57	12,7%	25.694,85	28.704,58	11,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	7.616,42	8.342,76	9,5%	22.808,26	25.088,51	10,0%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	3.605,70	4.183,99	16,0%	10.599,85	12.164,11	14,8%
II.1.2 Demais Correntes	3.613,91	3.739,79	3,5%	10.976,25	11.656,09	6,2%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	396,81	418,97	5,6%	1.232,16	1.268,31	2,9%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	797,43	1.120,93	40,6%	1.921,99	2.478,75	29,0%
II.2.1 Invest.	504,86	748,29	48,2%	1.084,65	1.313,70	21,1%
II.2.1.1 Obras e Instalações	349,99	545,79	55,9%	699,42	791,80	13,2%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	6,24	11,41	82,7%	13,11	16,67	27,2%
II.2.1.3 Demais Investimentos	148,63	191,10	28,6%	372,13	505,23	35,8%
II.2.2 Inv. Financ.	57,27	30,68	-46,4%	59,03	108,43	83,7%
II.2.3 Amort. Dívida	235,29	341,96	45,3%	778,31	1.056,62	35,8%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	346,28	404,89	16,9%	964,60	1.137,32	17,9%
RES. ORÇAM. (A-B)	396,09	1.401,94	253,9%	1.482,19	1.073,34	-27,6%

O Resultado Orçamentário no 1º semestre foi positivo (R\$ 1.073,34 milhões), refletindo o bom desempenho da Receita Total, gerada pelo REFIS estadual 2012.

⁵ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

⁶ Conforme a Lei Estadual nº 6136 de 28 de dezembro de 2011.

edições anteriores deste Boletim. As Demais Despesas Correntes também tiveram aumento no bimestre (+3,5%) e no acumulado (+6,2%).

As Despesas de Capital apresentaram medrança no 1º semestre de 2012 em relação a 2011, influenciado pelo crescimento dos investimentos em obras e instalações, no bimestre (+55,9%) e no acumulado (+ 13,2%), +R\$ 195,79 milhões e +R\$ 92,38 milhões respectivamente. Destaque também para o aumento dos valores de amortização da dívida que atingiu o montante de R\$ 106,66 milhões no bimestre (+45,3%) e R\$ 278,31 milhões no ano (+35,8%).

Houve aumento dos valores de amortização da dívida atingindo o montante de R\$ 106,66 milhões no bimestre (+45,3%) e R\$ 278,31 milhões no ano (+35,8%).

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, o Resultado Orçamentário do primeiro semestre de 2012 atingiu o montante de +R\$ 1.736,88 milhões, queda de 14,9% em relação ao ano passado. Já no bimestre o resultado foi de R\$ 759,36 milhões, aumento de 205,8% frente ao mesmo bimestre de 2011.

A exclusão dos saldos do fundo de previdência do resultado orçamentário do Estado tem o intuito de expurgar o efeito do problema de fluxo de caixa que o fundo possui no início do ano. Isto ocorre porque a parte mais significativa de suas receitas – oriundas dos royalties do petróleo – não é repassada integralmente ao fundo no início do ano, visto que, por conta da legislação, é usada para pagamento de indenização à União. O RIOPREVIDÊNCIA apresentou déficit orçamentário no semestre de - R\$ 663,54 milhões, 18,7% maior que o déficit registrado no mesmo período em 2011. Esta piora no resultado do fundo reflete um aumento de suas despesas maior que o de suas receitas em 2012. Houve aumento salarial de determinadas categorias que possuem grande contingente de servidores aposentados com paridade salarial em relação aos servidores ativos.

Tabela 7

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
	R\$ milhões					
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	7.487,31	8.872,23	18,5%	23.236,95	25.381,61	9,2%
I.1 RECEITA CORRENTE	7.240,55	7.707,49	6,4%	22.517,74	23.792,86	5,7%
I.1.1 Tributária	5.395,56	5.762,43	6,8%	16.660,15	17.618,55	5,8%
I.1.2 Patrimonial	566,55	292,70	-48,3%	2.234,16	2.146,74	-3,9%
I.1.3 Transferências	977,41	927,41	-5,1%	2.844,71	2.755,68	-3,1%
I.1.4 Demais Correntes	301,03	724,95	140,8%	778,71	1.271,90	63,3%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	165,90	1.036,47	524,8%	557,60	1.362,55	144,4%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	80,86	128,27	58,6%	161,62	226,19	40,0%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	7.238,97	8.112,86	12,1%	21.195,87	23.644,73	11,6%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.097,54	6.587,81	8,0%	18.312,88	20.030,71	9,4%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.128,46	2.440,58	14,7%	6.233,30	7.129,69	14,4%
II.1.2 Demais Correntes	3.572,27	3.728,26	4,4%	10.847,42	11.632,71	7,2%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	396,81	418,97	5,6%	1.232,16	1.268,31	2,9%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	795,81	1.120,83	40,8%	1.920,32	2.478,63	28,1%
II.2.1 Invest.	503,25	748,19	48,7%	1.082,97	1.313,58	21,3%
II.2.1.1 Obras e Instalações	348,39	545,69	56,6%	697,81	791,71	13,5%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	6,24	11,41	82,68%	13,11	16,67	27,2%
II.2.1.3 Demais Investimentos	148,61	191,09	28,6%	372,05	505,20	35,8%
II.2.2 Inv. Financ.	57,27	30,68	-46,4%	59,03	108,43	83,7%
II.2.3 Amort. Dívida	235,29	341,96	45,3%	778,31	1.056,62	35,8%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	345,61	404,22	17,0%	962,66	1.135,39	17,9%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	248,34	759,36	205,8%	2.041,09	1.736,88	-14,9%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.668,91	2.398,28	43,7%	3.940,09	4.396,31	11,6%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.521,16	1.755,71	15,4%	4.498,99	5.059,85	12,5%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	147,75	642,58	334,9%	-558,90	-663,54	-18,7%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	396,09	1.401,94	253,9%	1.482,19	1.073,34	-27,6%

III.III Resultado Primário⁷

O Resultado Primário do Estado do Rio de Janeiro no 3º bimestre foi de +R\$ 1.017,69 milhões, aumento de 10,4% frente ao apurado em 2011. No semestre, foi apurado superávit primário de R\$ 1.805,25 milhões, uma queda de 38,7% em relação ao ano passado. Na semestral verificou-se um langoroso andamento da receita (reflexo do baixo desempenho das receitas tributárias), enquanto as despesas mantêm um crescimento mais acelerado. Na análise bimestral, o bom resultado é reflexo nas intensas entradas de Receita dos meses de maio e junho.

Quando se exclui as contas do RIOPREVIDÊNCIA da apuração deste resultado, verifica-se que houve um superávit primário de R\$ 734,78 milhões, menor em 24,2% do que o apurado no mesmo bimestre do ano anterior. No acumulado do ano, o Resultado Primário foi de +R\$ 3.571,93 milhões. Por outro lado, o Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA melhorou substancialmente em 2012, atingindo no bimestre R\$ 282,91 milhões, crescimento de 701,3% em relação ao mesmo período de 2011, motivado pelo ajuste dos repasses de recursos oriundos dos royalties do petróleo.

Observa-se que os resultados apresentados nas tabelas 8 e 9 excluem as receitas e despesas intraorçamentárias. Isto é decorrência das disposições da LRF, que estabelece que o Resultado Primário deve ser calculado desconsiderando-se os valores dessas rubricas.

Finalmente, na Tabela 10, é apresentado o Resultado Primário sem o RIOPREVIDÊNCIA, incluindo também as receitas e despesas intraorçamentárias. Por esta metodologia o Resultado Primário seria de +R\$ 2.662,74 milhões no semestre.

Tabela 8

RESULTADO PRIMÁRIO - COM RIOPREVIDÊNCIA - SEM RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITAS TOTAL	9.156,22	11.270,51	23,1%	27.177,04	29.777,92	9,6%
RECEITAS FINANCEIRAS	223,35	1.133,88	407,7%	709,78	1.567,79	120,9%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	236,65	423,14	78,8%	811,07	1.171,30	44,4%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	8.696,22	9.713,50	11,7%	25.656,19	27.038,83	5,4%
DESPESAS TOTAL	8.760,13	9.868,57	12,7%	25.694,85	28.704,58	11,7%
DESPESAS FINANCEIRAS	639,85	767,87	20,0%	2.018,73	2.333,67	15,6%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	346,28	404,89	16,9%	964,60	1.137,32	17,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	7.774,00	8.695,81	11,9%	22.711,52	25.233,58	11,1%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	922,21	1.017,69	10,4%	2.944,67	1.805,25	-38,7%

Tabela 9

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA - SEM RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITAS TOTAL	7.487,31	8.872,23	18,5%	23.236,95	25.381,61	9,2%
RECEITAS FINANCEIRAS	183,68	1.068,41	481,7%	351,54	1.407,82	300,5%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	80,86	128,27	58,6%	161,62	226,19	40,0%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	7.222,77	7.675,55	6,3%	22.723,80	23.747,60	4,5%
DESPESAS TOTAL	7.238,97	8.112,86	12,1%	21.195,87	23.644,73	11,6%
DESPESAS FINANCEIRAS	639,85	767,87	20,0%	2.018,73	2.333,67	15,6%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	345,61	404,22	17,0%	962,66	1.135,39	17,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.253,51	6.940,77	11,0%	18.214,47	20.175,67	10,8%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	969,26	734,78	-24,2%	4.509,33	3.571,93	-20,8%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-47,05	282,91	701,3%	-1.564,66	-1.766,69	-12,9%

Tabela 10

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA - COM RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITAS TOTAL	7.487,31	8.872,23	18,5%	23.236,95	25.381,61	9,2%
RECEITAS FINANCEIRAS	183,68	1.068,41	481,7%	351,54	1.407,82	300,5%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	80,86	128,27	58,6%	161,62	226,19	40,0%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	7.303,63	7.803,81	6,8%	22.885,42	23.973,79	4,8%
DESPESAS TOTAL	7.238,97	8.112,86	12,1%	21.195,87	23.644,73	11,6%
DESPESAS FINANCEIRAS	639,85	767,87	20,0%	2.018,73	2.333,67	15,6%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	345,61	404,22	17,0%	962,66	1.135,39	17,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.599,12	7.344,99	11,3%	19.177,13	21.311,06	11,1%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	704,51	458,82	-34,9%	3.708,29	2.662,74	-28,2%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	108,07	577,11	434,0%	-917,14	-823,51	10,2%

⁷ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

IV. Receita Estadual ⁸

As Receitas Estaduais totalizaram, no 3º bimestre de 2012, R\$ 11.270,51 milhões – acréscimo de R\$ 2.114,29 milhões em relação ao arrecadado no mesmo período de 2011 (+23,1%). No acumulado até junho, este montante foi de R\$ 29.777,92 milhões que representa um crescimento de 9,6% na comparação com o mesmo período do ano passado.

No bimestre o resultado foi positivo dado os bons desempenhos das Receitas Correntes (+ R\$ 1.029,05 milhões) e de Capital (+R\$ 898,75 milhões). Estas últimas devido ao bom volume de Operações de Crédito contratadas que sozinhas foram responsáveis por R\$ 928,07 milhões no bimestre.

Já o resultado das Receitas Correntes é reflexo dos incrementos das Receitas Tributárias, Patrimoniais e Outras Correntes, que serão pormenorizadas a seguir na Seção III.1

IV.I Receitas Correntes

As Receitas Correntes apresentaram aumento de 11,8% (+R\$ 1.029,05 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, totalizando, assim, R\$ 9.758,72 milhões.

Os principais destaques, como dito acima, foram as Receitas Tributária, Patrimonial e Outras Correntes. A Tributária obteve um crescimento de 6,8% no bimestre e de 5,8% no acumulado, o que representaram R\$ 366,86 milhões e R\$ 958,40 milhões respectivamente.

As Receitas Patrimoniais obtiveram bom resultado devido ao desempenho das receitas de *Royalties* (+18,4%) e *Participação Especial* (21,1%), que representaram, juntas, um incremento de receita de R\$ 320,54 milhões no período. O aumento de 165,9% das Outras Receitas Correntes (+ R\$ 396,19 milhões) foi ocasionado principalmente pelo crescimento da receita da Dívida

Tabela 11

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
TRIBUTÁRIA	5.395,56	5.762,43	6,8%	16.660,15	17.618,55	5,8%
CONTRIBUIÇÕES	145,86	188,41	29,2%	476,27	582,70	22,3%
PATRIMONIAL	1.913,48	2.147,89	12,3%	4.720,04	4.893,71	3,7%
AGROPECUÁRIA	0,05	0,02	-64,4%	0,08	0,07	-7,0%
INDUSTRIAL	0,07	0,02	-66,8%	0,15	0,12	-19,3%
DE SERVIÇOS	58,38	97,49	67,0%	153,32	168,57	9,9%
TRANSF. CORR.	977,41	927,41	-5,1%	2.844,71	2.755,68	-3,1%
OUTRAS CORR.	238,87	635,06	165,9%	624,64	1.107,12	77,2%
REC. CORR.	8.729,67	9.758,72	11,8%	25.479,35	27.126,51	6,5%
REC. CAPITAL	189,90	1.088,65	473,3%	886,62	1.480,11	66,9%
REC. INTRAORÇ.	236,65	423,14	78,8%	811,07	1.171,30	44,4%
Total	9.156,22	11.270,51	23,1%	27.177,04	29.777,92	9,6%

No terceiro bimestre de 2012, as Receitas Totais cresceram R\$ 2.114,29 milhões comparado ao mesmo período do ano passado.

⁸ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

Ativa, que por sua vez foi devido ao êxito do programa REFIS⁹.

IV.I.1 Receita Tributária

A receita oriunda de tributos arrecadada no terceiro bimestre de 2012 teve crescimento de 6,8% (+R\$ 366,86 milhões) em comparação ao mesmo período de 2011. No acumulado o incremento foi de 5,8%, alcançando R\$17.618,55 milhões arrecadados no semestre, impulsionado pelos aumentos do IPVA (11,9%), do ITD/ITBI (37,8%) e das Taxas (13,6%).

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): O ICMS, que corresponde a maior parcela da Receita Tributária, teve pequeno aumento de arrecadação de 1,7% no bimestre, o que representa R\$ 73,09 milhões. O destaque positivo foi o setor de Mercados, Lojas e Magazines (crescimento de 25,5%) e o negativo foi o setor de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural (queda de 25,2%).

No acumulado, a receita do imposto apresentou um aumento de R\$ 592,73 (+4,8%), totalizando R\$ 12.861,02 milhões. O resultado positivo é decorrente do bom resultado da arrecadação nos dois bimestres anteriores do setor de Petróleo – que no semestre acumulou a receita de R\$ 2.226,31 milhões, aumento de 11,8% comparado ao 1º semestre de 2011. Tais desempenhos serão detalhados na seção III.1.1.1.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA): No terceiro bimestre de 2012, esta receita alcançou a arrecadação de R\$ 241,80 milhões, o que representa um aumento de 37,8% (+R\$ 66,30 milhões).

Como explicado nos dois primeiros Boletins de Transparência Fiscal de 2012, ocorreu uma queda da receita do IPVA no início do ano como decorrência da

Tabela 12

RECEITA TRIBUTÁRIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.395,56	5.762,43	6,8%	16.660,15	17.618,55	5,8%
ICMS	4.234,95	4.308,04	1,7%	12.268,29	12.861,02	4,8%
Adicional do ICMS	408,84	381,98	-6,6%	1.255,61	1.266,38	0,9%
IRRF	274,21	449,73	64,0%	765,74	778,60	1,7%
IPVA	175,49	241,80	37,8%	1.294,80	1.448,72	11,9%
ITD e ITBI	65,52	91,28	39,3%	174,53	240,49	37,8%
Taxas	236,55	289,60	22,4%	901,18	1.023,34	13,6%

⁹ Conforme a Lei Estadual nº 6136 de 28 de dezembro de 2011.

alteração no calendário de pagamentos deste imposto. Por esse motivo, ocorreu transferência do impacto da receita ao longo do primeiro semestre, o que explica o alto crescimento no bimestre comparado ao mesmo período do ano anterior. Ainda assim, ocorreu um considerável crescimento do acumulado de 11,9% (+R\$ 153,92 milhões), alcançando um total arrecadado de R\$ 1.448,72 milhões.

– **Imposto de Renda (IRRF):** Neste bimestre foi parcialmente regularizado o calendário do exercício 2012 de transferência do RIOPREVIDÊNCIA, o que explica o crescimento da arrecadação (+64,0%).

– **Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI):** As receitas somadas de ITD e ITBI no bimestre foram de R\$ 91,28 milhões, o que representa um aumento de R\$ 25,76 milhões (+39,3%) em relação ao mesmo período de 2011. O crescimento da arrecadação desses impostos é fruto do investimento em sistemas e funcionários, com a finalidade de aumentar a eficiência na arrecadação deles, e da supervalorização dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro do último ano. No acumulado, o crescimento foi de 37,8% (+R\$ 65,96 milhões), totalizando R\$ 240,49 milhões.

– **Taxas:** A Receita de Taxas cresceu no bimestre 22,4% em relação ao mesmo período de 2011, o que equivale a um acréscimo de R\$ 53,05 milhões. No acumulado, esta receita cresceu 13,6%, representando um aumento de R\$ 122,16 milhões. Merecem destaque as receitas das taxas de controle e fiscalização e prestação de serviços de trânsito, ambos do DETRAN, que somadas tiveram aumento de R\$ 20,94 milhões no bimestre.

IV.1.1.i Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se positivamente os setores *Mercados, Lojas e Magazines, Energia Elétrica* e de *Bebidas*. O setor de *Veículos Automotores* teve desempenho negativo. Já *Petróleo, Combustíveis e Gás Natural* obteve resultado

A arrecadação de ITD e ITBI no semestre cresceu R\$25,76 milhões (+39,3%). Resultado de investimento em sistemas e funcionários e da supervalorização dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro.

negativo no bimestre, mas que não foi capaz de neutralizar o bom desempenho no ano. A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

Tabela 13
**ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2011/2012**
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		part % 2012	var % 12/11	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		part % 2012	var % 12/11
	2011	2012			2011	2012		
	Alimentação	174,72			189,71	4,4%		
Bebidas	187,70	210,28	4,9%	12,0%	629,47	707,84	5,5%	12,4%
Borracha e plástico	31,91	43,17	1,0%	35,3%	89,96	109,32	0,9%	21,5%
Comunicação e informação	62,57	79,22	1,8%	26,6%	184,67	228,52	1,8%	23,7%
Construção civil	146,38	160,68	3,7%	9,8%	432,87	436,54	3,4%	0,8%
Editorial, gráfica e publicidade	14,50	19,30	0,4%	33,1%	52,10	56,18	0,4%	7,8%
Eletroeletrônicos	78,96	92,48	2,1%	17,1%	230,90	250,80	2,0%	8,6%
Energia elétrica	488,19	546,66	12,7%	12,0%	1.699,46	1.635,73	12,7%	-3,8%
Informática e óptico	25,48	30,56	0,7%	19,9%	77,06	89,90	0,7%	16,7%
Madeira, papel e fumo	104,07	111,68	2,6%	7,3%	333,57	328,77	2,6%	-1,4%
Máquinas e equipamentos em geral	40,46	49,11	1,1%	21,4%	123,38	139,97	1,1%	13,4%
Médico-hospitalar e odontologia	30,98	32,09	0,7%	3,6%	86,91	93,04	0,7%	7,0%
Mercados, lojas e magazines	239,86	300,94	7,0%	25,5%	762,70	841,75	6,5%	10,4%
Metalurgia e siderurgia	207,44	188,62	4,4%	-9,1%	525,49	574,03	4,5%	9,24%
Móveis e utensílios	37,77	41,18	1,0%	9,0%	118,11	123,19	1,0%	4,3%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	109,60	121,25	2,8%	10,6%	326,57	343,96	2,7%	5,3%
Petróleo, combustíveis e gás natural	925,09	691,61	16,1%	-25,2%	1.990,77	2.226,31	17,3%	11,8%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	150,11	162,15	3,8%	8,0%	443,34	482,74	3,8%	8,9%
Química e petroquímica	117,91	132,54	3,1%	12,4%	356,25	373,71	2,9%	4,9%
Telecomunicações	614,21	620,99	14,4%	1,1%	1.865,20	1.829,80	14,2%	-1,9%
Têxtil e vestuário	150,52	160,68	3,7%	6,8%	493,12	503,16	3,9%	2,0%
Transportes gerais e armazenagem	78,60	98,86	2,3%	25,8%	234,80	253,84	2,0%	8,1%
Veículos automotores	152,71	144,34	3,4%	-5,5%	494,25	478,63	3,7%	-3,2%
Outras atividades econômicas	65,23	79,95	1,9%	22,6%	172,58	196,43	1,5%	13,8%
Total das atividades econômicas	4.234,95	4.308,04	100,0%	1,7%	12.268,29	12.861,02	100,0%	4,8%

- Petróleo, combustíveis e gás natural:

Este setor é o de maior destaque na arrecadação do ICMS. Em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, a receita diminuiu 25,2% (-R\$ 233,48 milhões). A indústria de produtos para refino de petróleo e as atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural representam parte significativa da arrecadação neste setor, e como houve uma acentuada retração na importação de bens de capital para a indústria de base, a arrecadação reduziu-se significativamente. Contudo, o resultado acumulado

continua positivo atingindo R\$2.226,31 milhões de arrecadação, aumento de 11,8%.

– Veículos automotores:

A arrecadação neste setor caiu 3,2% no semestre (-R\$ 15,61 milhões) e 5,5% no bimestre (-R\$ 8,37 milhões). A redução no IPI ocasionou um pequeno aumento na fabricação de automóveis, caminhonetes e utilitários; entretanto não houve aumento no consumo. Ao mesmo tempo, a fabricação de caminhões e ônibus reduziu-se significativamente, gerando a citada queda de arrecadação no setor.

– Mercados, lojas e magazines:

A alta de 25,5% (+R\$ 61,08 milhões) no bimestre e de 10,4% no acumulado (+R\$ 79,04 milhões) deve-se ao aumento de arrecadação com supermercados e hipermercados - que já vinham apresentando alta - atrelados ao aumento no consumo. No bimestre houve também valores significativos relacionados a autos de infração neste setor.

– Energia Elétrica:

O crescimento no bimestre (+12,7%), comparado à ligeira queda no semestre (-3,2%), é explicado pela correção de pagamentos feitos à menor pelo contribuinte em meses anteriores, conforme descrito no Boletim do 1º Bimestre de 2012, e por autos de infração aplicados a empresas do setor.

– Bebidas:

Em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, a arrecadação cresceu 12% (+R\$ 22,58 milhões). Este aumento deve-se principalmente ao setor atacadista de cervejas, chopes e refrigerantes.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial arrecadada no terceiro bimestre de 2012 atingiu o valor de R\$ 2.147,89 milhões, apresentando um crescimento de 12,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, estas receitas alcançaram R\$ 4.893,71 milhões, aumento de 3,7% no comparativo anual.

Tais resultados são explicados pelas variações positivas das receitas patrimoniais ligadas ao petróleo, que apresentaram crescimento tanto bimestre quanto no semestre (+20,4% e +26,8%, respectivamente). O crescimento das receitas foi amenizado pelo menor ingresso dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFTs) que diminuíram 10,0% no bimestre e 62,7% no acumulado.

– **Petróleo:** As Receitas de Petróleo mantiveram tendência de aumento em 2012. Conforme a Tabela 15, podemos notar que isso se deve à conjugação da alta do preço do petróleo com a valorização da taxa de câmbio. Percebe-se ainda que produção esteve estagnada no período, com pequena redução na análise bimestral.

– **CFT:** Conforme mencionado nos Boletins anteriores, o fluxo de receita dos CFT fora programado para ser decrescente e encerrado em 2014. Entretanto, houve negociação para mudança deste fluxo, adiantando-se grande parte da receita para 2011 e a parte restante para 2012. Portanto, haverá progressiva diminuição desta receita neste ano; no bimestre a redução foi de 10,0% (-R\$ 14,43 milhões) comparado ao ano passado, e no semestre alcançou a diminuição de 62,7% (-R\$ 654,81 milhões).

– **Aplicações Financeiras:** apresentaram variações negativas no 3º bimestre (-22,8%), porém, menos acentuados no acumulado semestral (-2,2%).

Tabela 14

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITA PATRIMONIAL	1.913,48	2.147,89	12,3%	4.720,04	4.893,71	3,7%
Petróleo	1.572,16	1.892,81	20,4%	3.274,53	4.151,34	26,8%
Royalties	428,48	507,44	18,4%	1.165,42	1.486,10	27,5%
Part. Especial	1.143,14	1.384,71	21,1%	2.107,63	2.663,31	26,4%
FEP	0,55	0,66	19,9%	1,48	1,93	30,4%
CFT's	144,94	130,51	-10,0%	1.044,81	390,01	-62,7%
Aplic. Financeiras	134,19	103,65	-22,8%	297,83	291,14	-2,2%
Demais Rec. Patrimoniais	62,18	20,92	-66,4%	102,87	61,22	-40,5%

As receitas patrimoniais ligadas ao petróleo vêm apresentando variações positivas com aumento de 20,4% no bimestre e 26,8% no semestre, influenciadas pela conjugação da alta do preço do petróleo com a valorização da taxa de câmbio.

Tabela 15

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
Produção (milhões de bbl)	92,22	90,76	-1,6%	284,70	285,51	0,28%
Brent (US\$/bbl)	118,95	122,60	3,1%	102,48	115,64	12,85%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,62	1,83	12,5%	1,67	1,80	7,88%

*O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita, são apresentados os dados de produção com dois meses de defasagem.

IV.1.3 Receita de Transferências

O total arrecadado de Transferências apresentou queda de 5,1% (-R\$ 50,00 milhões) no 3º bimestre de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011.

Embora constem resultados positivos as contas de receitas do IPI exp (+R\$ 19,96 milhões), do FUNDEB (+R\$ 11,12 milhões) e do FPE (+R\$ 8,34 milhões); o recuo da conta Outras Transferências da União em 94,2% (-R\$ 95,57 milhões) no bimestre redundou na queda de 5,1% das Receitas de Transferências.

No acumulado, a receita de Transferências apresentou queda de 3,1% (-R\$ 89,03 milhões); com destaques positivos para o FPE (+7,5%) e para o Salário Educação (+11,8%); e negativos para o SUS (-12,6%) e Outras Transferências da União (-77,5%).

IV.1.3.i. Transferências da União

Em relação ao mesmo período de 2011, o decréscimo de receita desse grupo foi de 12,1% (-R\$ 65,61 milhões), refletindo no resultado negativo do acumulado de 5,9% (-R\$ 91,22 milhões). Os repasses de FPE, IPI-exp e do SUS foram as principais transferências feitas pela União, representando 84,03% do total recebido.

– **FPE¹⁰**: Com crescimento de 4,9% (+R\$ 8,34 milhões), esta receita alcançou R\$ 178,01 milhões de reais no terceiro bimestre de 2012.

Tendo como suas fontes o IPI e o IR, seu crescimento bimestral foi resultado do moderado aumento da arrecadação dos dois impostos.

Com maior peso nas receitas do FPE, o IR obteve ligeiro aumento, acarretado pelo crescimento do IRRF-Rendimentos do Trabalho e IRRF-Rendimentos de Capital, mas parcialmente neutralizado pela queda no bimestre do IRPF e IRPJ.

Tabela 16

RECETA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS	977,41	927,41	-5,1%	2.844,71	2.755,68	-3,1%
Transf da União	544,30	478,69	-12,1%	1.537,91	1.446,68	-5,9%
FPE	169,67	178,01	4,9%	479,12	515,29	7,5%
IPI exp	116,81	136,77	17,1%	368,22	360,59	-2,1%
IOF	0,00	0,01	120,1%	0,02	0,02	-12,9%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	48,56	37,78	-22,2%
SUS	89,43	87,47	-2,2%	301,26	263,19	-12,6%
Salário Educação	52,69	56,30	6,9%	179,18	200,27	11,8%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	42,89	42,89	0,0%
Outras Transf. da União	101,40	5,83	-94,2%	118,66	26,67	-77,5%
FUNDEB	410,66	421,78	2,7%	1.240,18	1.248,98	0,7%
Convênios	22,09	26,59	20,4%	56,06	59,57	6,3%
Outras Transf. Corr.	0,36	0,35	-1,6%	10,56	0,45	-95,7%

¹⁰ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de maio de 2012. Receita Federal. <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2012/Analismensalmaj12.pdf>.

Quanto ao IPI, o crescimento teve maior expressão, com aumentos significativos do IPI-Fumo e do IPI vinculado à importação, mas com reduções na arrecadação do IPI-Automóveis (redução do volume de vendas) e do IPI-Outros (decréscimo da produção industrial e desoneração da linha branca).

No acumulado, a receita de FPE teve aumento de 7,5%, alcançando a arrecadação de R\$ 515,29 milhões. Os motivos para tal aumento são os mesmos que os expostos acima, na análise bimestral, à exceção do resultado positivo das contas do Imposto de Renda no acumulado.

– **IPI-EXP:** Apresentou, comparativamente ao ano anterior, um crescimento de 17,1% no bimestre (+R\$ 19,96 milhões), e um decréscimo de 2,1% (-R\$ 7,63 milhões) no semestre.

– **SALÁRIO-EDUCAÇÃO:** Com arrecadação de R\$ 56,30 milhões no bimestre, esta receita teve crescimento de 6,9% (+R\$ 3,61 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

O crescimento se confirma no acumulado (+11,8%; +R\$ 21,09 milhões), em função do aumento da arrecadação da contribuição social das empresas vinculadas ao Regime Geral da Previdência Social, devida à União e repassada mensalmente a estados e municípios.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** A queda no bimestre (-94,2%; -R\$ 95,57 milhões) se justifica pela entrada atípica de receita no mês de maio de 2011. Na ocasião foram transferidos R\$ 74,00 milhões através do FNDE para reconstrução e reforma de escolas estaduais e municipais que foram atingidas por enchentes e deslizamentos causados pelas chuvas na Região Serrana.

– **SUS:** As receitas de Transferências de Convênios para o SUS alcançaram o valor de R\$ 87,47 no bimestre, apresentando uma queda de -2,2% (-R\$ 1,96 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. No acumulado a queda alcançou 12,6% (-R\$ 38,07 milhões),

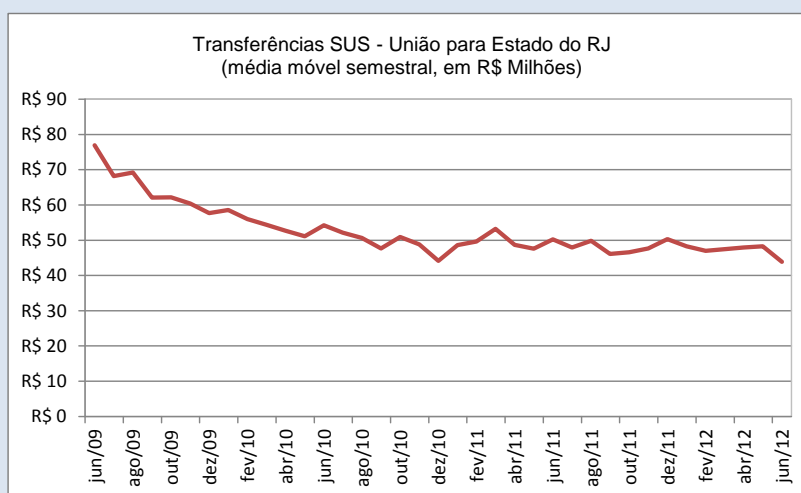


causado pela maior adesão dos municípios ao Pacto da Saúde, prescindindo do intermédio do estado, conforme analisado a seguir no Box1.

Box 01 – Queda da Receita de Transferência do SUS

A receita estadual de Transferência do Sistema Único de Saúde (SUS) teve sucessivas diminuições desde o ano de 2009. No primeiro semestre de 2009, foram transferidos R\$ 461,61 milhões; e no primeiro semestre de 2012, R\$ 263,19 milhões; uma redução de 43,0%.

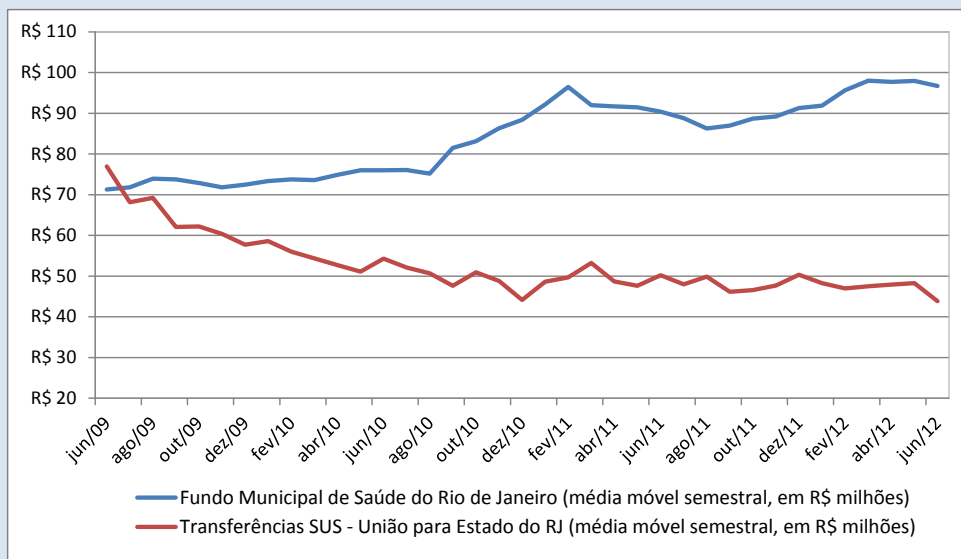
O gráfico abaixo representa as transferências da União para o Estado do Rio de Janeiro referentes ao SUS. Nota-se a tendência de queda a partir de 2009 (o gráfico representa a média a cada seis meses, pois há oscilações nos valores mensais devido às datas de realização de pagamentos, sendo a tendência melhor observada pela média móvel).



Transf. SUS União-Estado RJ (Milhões)		
Mês	Acumulado no semestre	Média semestral
jun-09	R\$ 461,61	R\$ 76,94
dez-09	R\$ 346,33	R\$ 57,72
jun-10	R\$ 325,64	R\$ 54,27
dez-10	R\$ 264,93	R\$ 44,15
jun-11	R\$ 301,26	R\$ 50,21
dez-11	R\$ 301,87	R\$ 50,31
jun-12	R\$ 263,19	R\$ 43,86

Fonte: SIG e Fundo Nacional de Saúde

Ao mesmo tempo as transferências de recursos do SUS para os municípios do Rio de Janeiro estão em amplo crescimento. No gráfico abaixo temos novamente a média semestral de transferências para o SUS da União para o Estado do Rio de Janeiro, juntamente com os valores recebidos pelo Fundo Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Nota-se uma relação inversa entre as séries (correlação de -0,74), demonstrando que a queda nas transferências da União relaciona-se com o aumento das transferências diretas aos Municípios.



Fonte: Fundo Nacional de Saúde

O que explica esses dois fenômenos é a política de transferência fundo a fundo, ou seja, o repasse de recursos federais do SUS serem transferidos diretamente aos fundos municipais, sem o intermédio dos estados. Desta maneira, visa-se aos objetivos da descentralização dos serviços para os municípios, melhorando a gestão, reduzindo a burocratização e permitindo a adequada responsabilização dos gestores.

Inicialmente, os recursos do SUS, antes de chegar às Secretarias Municipais de Saúde, passavam pela administração estadual que só posteriormente os repassava. Com o advento da Norma Operacional Básica do SUS, publicado em 1996, permitiu-se a habilitação dos municípios à assunção do pleno exercício da função de gestor da atenção à saúde dos seus munícipes, e em contrapartida oferecia transferências automáticas e diretas de recursos SUS, prescindindo do intermédio do estado. Entre 1998 e 2004, 23 municípios fluminenses aderiram à Gestão Plena, de forma que 70,6% da população do estado esteve contemplado ao modelo.

O *Pacto pela Saúde de 2006 - Consolidação do SUS*, publicado pela Portaria 399 do Ministério da Saúde, substituiu o antigo processo de habilitação ao SUS pela adesão voluntária ao Pacto através do Termo de Compromisso de Gestão, no qual assumem responsabilidades e atribuições, pactuando um cronograma que mostra como e quando serão efetivadas. Esta nova política incentivou a adesão dos municípios: até o mês de junho de 2012, dos 92 municípios do Rio de Janeiro, 54 já haviam aderido ao Pacto, o que representa 84,0% dos habitantes do estado.

Por fim, a Resolução CIT nº4 de 19 de julho 2012, impôs a obrigatoriedade à adesão ao Pacto da Saúde a todos os municípios até o final deste ano. Por conseguinte, a conta da Receita Estadual de Transferências SUS tenderá a encolher ainda mais nos próximos meses, eliminando a intermediação estadual dos recursos que serão administrados diretamente pelos municípios. Entretanto, a conta ainda continuará ativa, pois o governo do estado continuará a receber recursos provenientes do SUS, porém não mais para futuros repasses a municípios e sim para o seu próprio gasto na rede estadual de saúde.

IV.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes tiveram um significativo acréscimo de 107,8% (+R\$ 477,78 milhões) no 3º bimestre em relação a 2011. Esse aumento decorreu do crescimento de várias contas: Dívida Ativa (+490,0%), Multas e Juros (+88,3%), Receita de Serviços (+67,0%), Receita de Contribuições (+29,2%) e das Receitas Diversas (+162,4%). O bom desempenho no bimestre foi refletido na execução acumulada que teve aumento de 48,2%, alcançando a marca de R\$ 1.858,58 milhões de arrecadação.

– **Receitas Diversas:** Comparativamente ao mesmo período de 2011, obteve um crescimento de 91,2% no semestre (+R\$ 225,24 milhões) e 162,4% no bimestre (+R\$ 147,71 milhões). Na análise bimestral, a variação deve-se principalmente ao crescimento da Receita Centro de Estudos Jurídicos da PGE (+R\$ 26,99 milhões), da Receita Proveniente da Lei Federal nº 11.429/2006 (+R\$ 25,33 milhões), e da rubrica Demais Receitas (+R\$ 89,87 milhões).

– **Receitas de Serviços:** Houve aumento de R\$ 39,11 milhões (+67,0%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 97,49 milhões no bimestre, resultante de Serviços de Processamento de Dados que alcançou a arrecadação de R\$ 44,59 milhões, com um aumento de 220,6% comparado ao mesmo período no ano anterior.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** O crescimento das Receitas de Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora justifica-se pelo Programa de REFIS estadual, autorizado pela Lei estadual 6136 de 28 de dezembro de 2011. O Programa oferece redução de juros de mora e exclusão de multas de débitos inscritos em Dívida Ativa com vencimento até 30 de novembro de 2011. O período para requisitar a regularização de débitos foi até o dia 31 de maio de 2012. Como há previsão de pagamentos à vista, as Receitas de Dívida Ativa alcançou um aumento de

Tabela 17

 DEMAIS RECETAS CORRENTES
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
	R\$ milhões					
DEMAIS RECETAS CORRENTES	443,22	921,00	107,8%	1.254,45	1.858,58	48,2%
Receita de Contribuições	145,86	188,41	29,2%	476,27	582,70	22,3%
Receita Agropecuária	0,05	0,02	-64,4%	0,08	0,07	-7,0%
Receita Industrial	0,07	0,02	-66,8%	0,15	0,12	-19,3%
Receita de Serviços	58,38	97,49	67,0%	153,32	168,57	9,9%
Multas e Juros de Mora	77,14	145,24	88,3%	208,59	282,34	35,4%
Indenizações e Restituições	32,32	24,13	-25,3%	69,65	75,80	8,8%
Dívida Ativa	38,48	227,05	490,0%	99,48	276,82	178,3%
Receitas Diversas	90,93	238,64	162,4%	246,92	472,16	91,2%

O Programa de REFIS estadual promoveu o crescimento de arrecadação no 3º bimestre em 490,0% na receita de Dívida Ativa e 88,3% na receita de Multas e Juros. Somados, alcançaram a marca de R\$ 372,29 milhões no período.

490,0% comparado ao mesmo bimestre do ano anterior, e no acumulado, o crescimento alcançou 178,3%.

No caso da conta de Multas e Juros, como houve redução apenas parcial dos juros, o crescimento comparado ao 3º bimestre de 2011 foi de 88,3% e no semestre foi de 35,4%. A soma das contas de Dívida Ativa e Multas e Juros alcançou em arrecadação no bimestre foi de R\$ 372,29 milhões, crescimento de R\$ 256,66 milhões. No Programa de REFIS, existe a previsão do parcelamento dos pagamentos dos débitos, portanto poderá haver aumentos de tais contas nos próximos bimestres.

IV.III Receitas de Capital

As Receitas de Capital tiveram um expressivo crescimento de 473,3% (+R\$ 898,75 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, impulsionado pela obtenção de Operações de Crédito que alcançaram o valor de R\$ 977,15 milhões. No acumulado, foi alcançada a arrecadação de R\$ 1.480,11 milhões, o que representa aumento de 66,9% (+R\$ 593,49 milhões); o expressivo resultado das Operações de Crédito realizadas no semestre neutralizou a queda nas receitas de Transferência de Capital que caíram 57,1% (- R\$ 271,27 milhões).

Na Receita de Operação de Crédito, destaca-se o empréstimo concedido pelo Banco do Brasil que alcançou o montante de R\$ 885,56 milhões no bimestre, de um total de R\$ 3.645,56 milhões que serão liberados em parcelas até 2015 para financiar 14 projetos e obras do Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária e Urbana e da Mobilidade das Cidades do Estado do Rio de Janeiro (Pró-Cidades), entre eles as linhas 3 e 4 do metrô, o Arco Metropolitano e a recuperação das lagoas da Barra e Jacarepaguá.

As Transferências de Capital tiveram um decréscimo de 42,0% (-R\$ 42,34 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. Houve queda nas transferências do PAC

Tabela 18

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITAS DE CAPITAL	189,90	1.088,65	473,3%	886,62	1.480,11	66,9%
Operações de Crédito	59,98	977,15	1.529,2%	77,66	1.156,17	1.388,8%
Alienação de Bens	5,21	11,51	120,9%	252,11	17,01	-93,3%
Amortiz. de Empréstimos	23,97	41,56	73,4%	82,19	103,47	25,9%
Transf. de Capital	100,74	58,40	-42,0%	474,67	203,40	-57,1%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,02	0,0%	0,00	0,06	0,00%

No 3º Bimestre ocorreu a entrada da primeira parcela do empréstimo oferecido pelo Banco do Brasil para o Governo do Estado do Rio para financiar projetos e obras as linhas 3 e 4 do metrô, o Arco Metropolitano e a recuperação das lagoas da Barra e Jacarepaguá.



de -79,1% (-R\$ 62,24 milhões), visto que as obras e instalações já estão em processo de conclusão.

V. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

V.I. Análise Geral da Execução da Despesa

No fim desse primeiro semestre de 2012, em que pese a frustração de alguns itens de receita do Tesouro, constata-se que a dotação inicial autorizada na Lei Orçamentária Anual (R\$ 64,03 bilhões) aumentou em 4,87%, por conta de créditos adicionais autorizados que somaram R\$3,12 bilhões, elevando a despesa para o patamar de R\$67,15 bilhões.

Dentre os créditos adicionais autorizados os decorrentes de Convênios e Operações de Crédito foram os mais expressivos, totalizando R\$ 2,58 bilhões, dos quais 80,81% (R\$2,09 bilhões) foram alocados na Secretaria de Estado de Obras, basicamente em projetos financiados com operações de crédito contratadas neste exercício, com destaque para Implantação de Projetos de Infraestrutura (R\$ 679,17 milhões), para a continuidade da Reforma do Complexo do Maracanã (R\$ 217,19 milhões) e para Melhoria da Infraestrutura Viária Pró-Vias (R\$ 307 milhões). Ainda neste primeiro semestre para obras de recuperação da Região Serrana foram direcionados R\$ 331,6 milhões, provenientes de Convênio firmado com o Governo Federal.

No âmbito dos recursos do Tesouro o orçamento do exercício aumentou em R\$ 155,46 milhões, dos quais R\$145,90 milhões tem como origem o excesso de arrecadação de recursos provenientes de alienação de bens. Os restantes R\$9,31 milhões são provenientes de superávit financeiro de contrapartida de convênios, incorporados ao orçamento nos termos do art. 43 da lei 4320/64, a fim de permitir a continuidade da execução dos objetos pactuados.

Analisando a Tabela 19 identifica-se que, igualmente a 2011, o mecanismo de contingenciamento de dotações vem sendo adotado, de modo a compatibilizar a despesa com a expectativa de receita do exercício, demonstrando a atitude conservadora na adoção de uma política fiscal

Tabela 19
EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-JUN 2011 / JAN-JUN 2012

R\$ Milhões

PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL 3º BIMESTRE	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 2º TRIM*	EMP. 3º BIM	LIQ. 3º BIM
2011	DESPESA SEM INTRA	49.826	51.798	1.312	50.486		24.693	22.667
	DESPESA INTRA	1.771	1.768		1.768		863	827
	DESPESA TOTAL	51.597	53.566	1.312	52.254	27.119	25.557	23.494
2012	DESPESA SEM INTRA	56.436	59.518	1.642	57.876		27.046	25.320
	DESPESA INTRA	2.351	2.227		2.227		990	957
	DESPESA TOTAL	58.787	61.745	1.642	60.103	34.635	28.036	26.277
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL 3º BIMESTRE	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 2º TRIM**	EMP. 3º BIM	LIQ. 3º BIM
2011	DESPESA SEM INTRA	4.268	4.558	-	4.558		2.966	2.063
	DESPESA INTRA	349	336	-	336		192	138
	DESPESA TOTAL	4.617	4.895		4.895		3.159	2.201
2012	DESPESA SEM INTRA	4.854	5.015	-	5.015		3.155	2.247
	DESPESA INTRA	392	392	-	392		216	181
	DESPESA TOTAL	5.246	5.407		5.407		3.371	2.427

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 16/07/2012

* EM 2010 A COTA ORÇAMENTÁRIA ERA LIBERADA POR QUADRIMESTRE A PARTIR DE 2011 PASSA A SER LIBERADA POR TRIMESTRE

** PARA OS OUTROS PODERES NÃO EXISTE COTA ORÇAMENTÁRIA

No ano de 2012 o contingenciamento foi de 2,65% evidenciando o esforço e a necessidade do governo de realizar uma reserva e um controle do caixa frente às obrigações contraídas.

responsável, monitorando as obrigações contraídas sem prejuízo das atividades fim de Governo. Ao final do primeiro semestre de 2011 permaneciam contingenciados 2,44% da disponibilidade orçamentária, enquanto em 2012 esse percentual é um pouco maior, 2,65%.

O ritmo da execução orçamentária evidencia que as fases de empenho e liquidação da despesa no semestre, quando comparado com o montante disponível, está compatível com o período em análise. Até junho foram empenhados e liquidados, respectivamente, 47,94% e 43,82% da dotação disponível, aqui considerando todos os Poderes. De forma isolada observa-se que no âmbito dos demais Poderes o comprometimento da dotação é maior; já foram empenhados 62,34% da dotação para o exercício.

➤ **Despesas por Grupo**

A Tabela 20, ao lado, especifica os gastos por grupo de despesa. O montante liquidado até o 3º bimestre de 2012 alcança R\$27,56 bilhões, excluídas as despesas intra-orçamentárias.

A variação das despesas com pessoal (+R\$ 456,61 milhões), que totalizaram R\$ 5,1 bilhões no período, refletem os reajustes concedidos no início deste ano, bem como o aumento do quantitativo de servidores em diversas áreas, ingressos por concurso público. O Box XX detalha o crescimento da despesa com pessoal desde o início da atual gestão, em 2007, destacando as áreas com maior variação.

As Outras Despesas Correntes, quando avaliadas em sua totalidade, requereram 60,9% do montante liquidado no período, crescimento de 8,75% (+ R\$ 1,36 bilhão) em relação a 2011. Sua análise, no entanto, deve evidenciar as despesas não discricionárias que, no quadrimestre, requereram R\$ 13,2 bilhões, 76,65% do total liquidado nessa categoria, aí incluídas as transferências

Esta proporcionalidade na velocidade de empenho e de liquidação assegura a qualidade do gasto público e o equilíbrio fiscal das contas públicas - metas essenciais a serem alcançadas na gestão com responsabilidade.

Tabela 20

DESPESAS POR GRUPO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADADA JAN-JUN 2011 / JAN-JUN 2012
R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	VAR %
	JAN-JUN	JAN-JUN	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.932.054	6.807.025	14,75%
1.1 - EXECUTIVO	4.329.490	5.107.633	17,97%
1.1 - OUTROS PODERES	1.602.564	1.699.392	6,04%
2 - JUROS ENC. E AMORT. DA DÍVIDA	2.010.474	2.324.929	15,64%
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	15.644.043	17.013.173	8,75%
3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	3.475.579	3.825.513	10,07%
3.1.1 - EXECUTIVO	3.113.366	3.392.081	8,95%
3.1.2 - OUTROS PODERES	362.213	433.432	19,66%
3.2 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS	7.813.553	8.155.723	4,38%
3.2.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.509.729	1.388.014	-8,06%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	2.214.882	2.347.752	6,00%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	4.088.942	4.419.957	8,10%
3.3 - INATIVOS E PENSIONISTAS	4.354.911	5.031.936	15,55%
4 - INVESTIMENTOS	1.084.651	1.313.704	21,12%
4.1 - EXECUTIVO	986.820	1.198.814	21,48%
4.1.1 - EXECUTIVO - REST. REC. TERCEIROS		873	
4.2 - OUTROS PODERES	97.831	114.017	16,54%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	59.032	108.428	83,68%
TOTAL GERAL	24.730.254	27.567.258	11,47%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 16/07/2012

constitucionais, os encargos com a União e o pagamento de inativos e pensionistas, cujos gastos acompanham os benefícios salariais concedidos aos servidores em atividade.

Para as despesas discricionárias que evidenciam o custeio da manutenção dos órgãos, bem como a execução de programas estratégicos do Governo, tais como Bilhete Único e Renda Melhor, foram direcionados um total de R\$3,8 bilhões.

As Despesas de Capital, aí incluídos os Investimentos e as Inversões Financeiras, somaram R\$1,42 bilhão até o mês de junho, registrando crescimento de 24,34% em relação a 2011 (+R\$278 milhões). A Tabela 21 apresenta os valores aplicados nas diversas áreas do Estado.

➤ Despesas por Fonte de Recursos

As despesas liquidadas por Fonte de Recursos no primeiro semestre de 2012, comparadas com o mesmo período do ano anterior, estão demonstradas na Tabela 22.

Os Recursos do Tesouro mantêm participação idêntica a dos bimestres anteriores, financiando a maior parte da despesa liquidada (72,39%). Quando comparada a igual período de 2011 o aumento foi de 11,9%, apesar de menor comprometimento em algumas fontes de recursos.

Esse aumento se dá em parte porque a despesa liquidada por conta dos recursos não provenientes de impostos (FR 01) e por conta de operações de crédito (FRs 11 e 21) registrou considerável aumento quando comparada ao mesmo período 2011, compensando, assim, a menor aplicação nas demais fontes de recursos.

Em contrapartida, a despesa financiada com operações de crédito registrou expressivo aumento (+592,0%), resultado do esforço do Governo que, ao manter em dia as contas públicas do ERJ, tem condições de captar recursos junto a

Tabela 21
INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS

ÓRGÃO	EM R\$MIL	
	(Jan-Jun)	2012
Secretaria de Estado de Obras	335.677	
Fund Dep Estradas de Rodagem do Estado do RJ	228.690	
Comp de Transp sobre Trilhos do Est do RJ	195.164	
Fundo Especial do Tribunal de Justiça	107.729	
Comp Est de Engenh de Transportes e Logística	73.849	
Procuradoria Geral do Estado	70.578	
Fundo Estadual de Conservação Ambiental	69.824	
Companhia Estadual de Habitação do RJ	46.282	
Fundo Estadual de Saúde	39.838	
Fundação C.C.F. de Amparo à Pesquisa do ERJ	37.553	
Instituto Estadual do Ambiente - INEA	29.499	
Secretaria de Estado de Educação	28.343	
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	27.385	
Demais áreas	131.721	
Total	1.422.131	

Tabela 22

DESPESA LIQUIDADA POR FONTE DE RECURSO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2011 / JAN-JUN 2012

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES		
	3º BIM 2011	3º BIM 2012	VAR %
RECURSOS DO TESOURO	17.825	19.955	11,9%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	13.491	15.132	12,2%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	124	784	532,7%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.770	1.713	-3,3%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	96	130	35,7%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	721	648	-10,1%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	529	182	-65,5%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11 e 21)	53	368	592,0%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	988	947	-4,2%
DEMAIS FONTES*	52	50	-3,0%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	6.905	7.612	10,2%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	5.264	5.898	12,0%
CONVÊNIOS (FR 12, 13, 14, 16, 18, 19)	430	338	-21,2%
FUNDEB (FR 15)	923	1.064	15,3%
GESTÃO DE SAÚDE (FR 23)		4	
TRANSF. VOL. DA UNIÃO NÃO REF. À CONVÊNIOS (FR 24)		27	
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	177	129	-27,0%
DEMAIS FONTES**	111	151	36,3%
TOTAL GERAL	24.730	27.567	11,5%

* FRS 20, 26, 90, 95 / ** FRS 96, 97, 98, 99

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/IAFEM: 16/07/2012

diversos agentes financeiros nacionais e internacionais, para ampliar os investimentos nas áreas de saneamento, infraestrutura e mobilidade urbana, com o aval do Tesouro Nacional que controla a capacidade de endividamento dos Estados e Municípios.

Esse expressivo aumento das Operações de Créditos (FR 11) deve-se principalmente aos R\$ 887,22 milhões, primeira parcela do contrato de financiamento firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil para o Programa Pro-Cidades, fazendo com que a Receita realizada na FR 11 no período de janeiro a junho, passasse de R\$ 107,04 milhões em 2011 para R\$ 1,11 bilhão em 2012.

Dos R\$ 368,15 milhões liquidados neste período R\$ 154,35 milhões são provenientes dessa operação, aplicados pela RIOTRILHOS em obras de implantação da Linha 4 do Metrô. Valor expressivo também foi aplicado pela Central, no Programa Estadual de Transportes, PET II financiado pelo BIRD (R\$73,83 milhões).

Ainda no âmbito dos recursos do Tesouro, a maior redução (-65,5%) está registrada nas despesas financiadas com Transferências de Impostos arrecadados pela União, reflexo da queda da arrecadação, comentada na parte inicial deste Boletim, consequência de medidas adotadas pelo Governo Federal; Em valores absolutos a redução foi de 346,85 milhões.

A aparente redução nas despesas financiadas com Royalties de Petróleo – FR04 (- 3,3%) se dá por conta da flutuação dos parâmetros que definem o repasse (produção e variação cambial), sem prejuízo das despesas vinculadas a essa receita. O total aplicado no semestre e (R\$1,71 bilhão), traduziu-se em pagamento da parcela constitucional aos municípios (R\$215,33 milhões), em despesas do FECAM (R\$69,82 milhões), recolhimento do PASEP (R\$31,05 milhões) e em Encargos com a União (R\$1,38 bilhão).

Os Recursos do Tesouro Estadual financiaram 72,39% dos gastos até o terceiro bimestre, 11,9% a mais do que em 2011.

Os recursos de Outras Fontes mantêm desempenho idêntico a dos bimestres anteriores, tanto nas variações negativas dos recursos de Convênios e do SUS, quanto na grande participação da Arrecadação Própria da Administração Indireta (FR 10), basicamente Rioprevidência que responde por 85,7% da despesa liquidada nessa Fonte de Recursos (pagamento de inativos e pensionistas).

A despesa financiada com operações de crédito no primeiro semestre registrou aumento quase sete vezes em comparação ao mesmo período de 2011.

➤ Despesas por Função

A despesa por função busca responder basicamente à indagação “em que” área de ação governamental a despesa foi realizada. A Tabela 23 representa o montante liquidado da despesa em cada função até o terceiro bimestre, demonstrando ainda o percentual de execução orçamentária em relação à dotação disponível para o exercício.

Tabela 23
DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO
DESPESA LIQUIDADADA JAN-JUN 2011 / JAN-JUN 2012

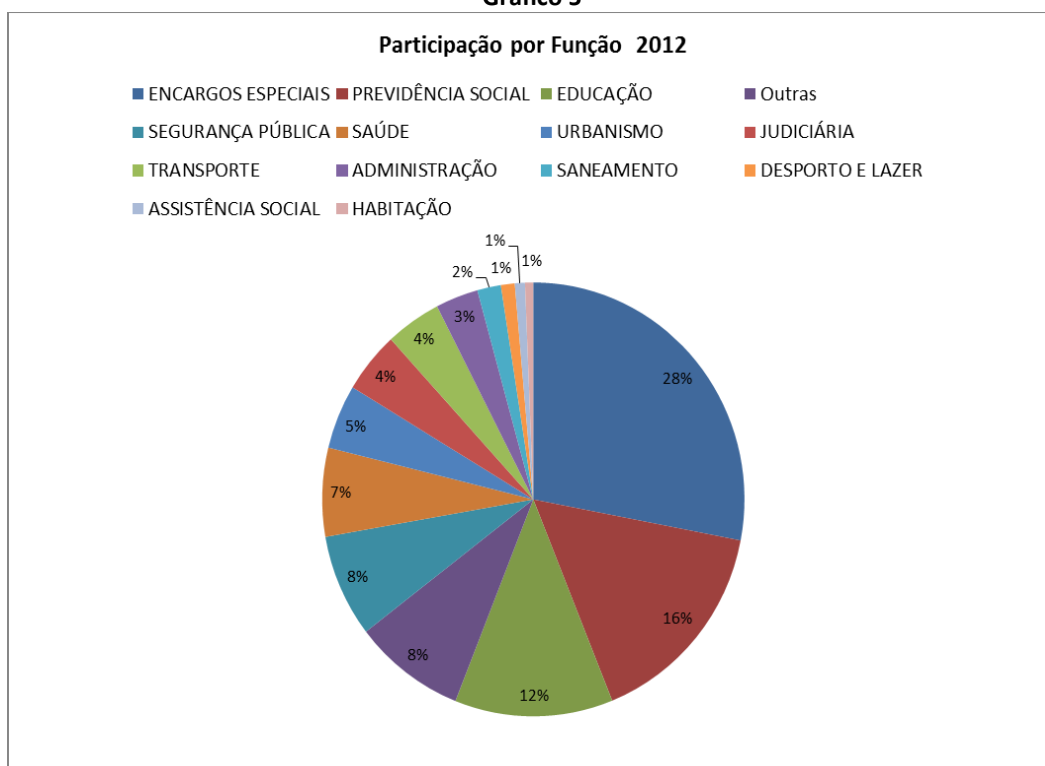
DISCRIMINAÇÃO	2011			2012			Δ % DOT. ATUAL
	EMP. LIQ. (R\$ Mil)	DOT. ATUAL (R\$ Mil)	EMP. LIQ / DOT. ATUAL (%)	EMP. LIQ. (R\$ Mil)	DOT. ATUAL (R\$ Mil)	EMP. LIQ / DOT. ATUAL (%)	
DESPORTO E LAZER	46.497	121.291	38,34%	152.478	679.238	22,45%	460,01%
SANEAMENTO	20.348	553.938	3,67%	48.160	1.171.858	4,11%	111,55%
DIREITOS DA CIDADANIA	129.479	269.090	48,12%	171.707	384.302	44,68%	42,82%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	94.819	361.841	26,20%	199.374	501.641	39,74%	38,64%
URBANISMO	367.676	2.313.273	15,89%	187.461	3.097.890	6,05%	33,92%
COMUNICAÇÕES	56.381	99.125	56,88%	66.677	129.385	51,53%	30,53%
AGRICULTURA	80.118	176.887	45,29%	80.774	230.685	35,01%	30,41%
TRABALHO	9.556	74.702	12,79%	9.313	95.870	9,71%	28,34%
TRANSPORTE	637.752	2.181.818	29,23%	984.988	2.743.353	35,90%	25,74%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	83.995	257.939	32,56%	87.508	316.224	27,67%	22,60%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	637.158	1.463.010	43,55%	757.115	1.775.881	42,63%	21,39%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.942	38.457	7,65%	4.198	46.209	9,08%	20,15%
LEGISLATIVA	430.015	984.724	43,67%	468.691	1.112.349	42,14%	12,96%
SEGURANÇA PÚBLICA	1.898.931	4.442.796	42,74%	2.427.064	4.948.753	49,04%	11,39%
EDUCAÇÃO	2.872.751	7.022.510	40,91%	3.270.227	7.818.388	41,83%	11,33%
JUDICIÁRIA	1.291.248	2.747.700	46,99%	1.403.514	2.949.682	47,58%	7,35%
SAÚDE	1.381.850	4.042.063	34,19%	1.430.769	4.263.890	33,56%	5,49%
ADMINISTRAÇÃO	707.081	2.024.929	34,92%	732.010	2.105.418	34,77%	3,97%
CULTURA	60.804	167.125	36,38%	60.799	169.694	35,83%	1,54%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	96.259	292.405	32,92%	108.537	285.891	37,96%	-2,23%
GESTÃO AMBIENTAL	156.592	714.748	21,91%	153.056	633.435	24,16%	-11,38%
INDÚSTRIA	76.363	409.566	18,64%	51.299	333.341	15,39%	-18,61%
HABITAÇÃO	76.033	835.572	9,10%	72.479	406.675	17,82%	-51,33%
Subtotal	11.214.647	31.595.506	35,49%	12.928.197	36.200.049	35,71%	14,57%
ENCARGOS ESPECIAIS	9.018.555	16.210.422	55,63%	9.581.142	18.092.142	52,96%	11,61%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.497.052	8.550.084	52,60%	5.057.919	10.241.251	49,39%	19,78%
Subtotal	13.515.607	24.760.506	54,59%	14.639.061	28.333.393	51,67%	14,43%
TOTAL	24.730.254	56.356.012	43,88%	27.567.258	64.533.442	42,72%	14,51%

A participação de cada função no âmbito da despesa total liquidada no período em análise, 1º semestre deste exercício, está demonstrada no gráfico 5.

A tabela 23 evidencia também o poder discricionário do Governo; observa-se que o percentual de despesa liquidada no semestre no âmbito de todas as funções (35,71%) é inferior ao montante requerido pelas despesas não discricionárias, aqui incluídas os gastos previdenciários, as transferências constitucionais e o pagamento da dívida.

A seguir comenta-se o aumento da dotação de funções que, embora tenham pequena participação no total da despesa, têm merecido especial atenção do Governo, pois a implementação de novos projetos vêm requerendo maior soma de recursos.

Gráfico 5



A função Desporto e Lazer, embora com uma participação pequena (1,05%) no total da despesa, foi a que obteve um maior aumento na dotação, com uma variação positiva de R\$ 558 milhões. O destaque desse aumento de dotação

foi o projeto Reforma do Complexo do Maracanã. Até o terceiro bimestre de 2012 foram executados 22,45 % da dotação atual.

A função Assistência Social, também com participação pequena, 0,78 % no total da despesa liquidada no período, sua dotação anual para 2012 aumentou expressivamente (+ R\$ 139,8 milhões) em relação a 2011. Projetos como Aluguel Social, Atendimento Integral à Família- PAIF e Transferência de Renda à Famílias em Situação de Pobreza Extrema representaram aproximadamente 49% da dotação para 2012 (Gráfico 6). A realização da despesa correspondeu a 39,74% da dotação atual enquanto em 2011 correspondeu a 26,20%.

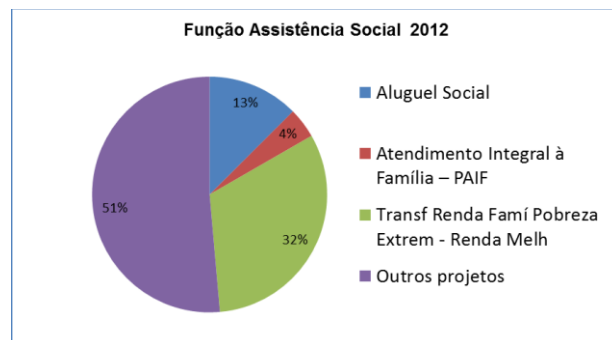
A função Habitação demonstrou a maior redução na dotação atual, R\$ 428 milhões em comparação a 2011. Essa diferença pode ser explicada pela conclusão de projetos executados em 2011 no Âmbito PAC II RJ.

Por fim, cabe observar que as funções saneamento (4,11%), urbanismo (6,05%) e habitação (17,82 %) têm desempenho menor comparado com o das demais funções, cujo percentual de execução é em média 43%. Nas funções com desempenho menor, o peso da despesa está concentrado em investimentos, grande parte financiados com recursos de convênios e operações de crédito, cuja receita apresenta desempenho modesto.

V.II - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ¹¹, FECAM¹² e FEHIS¹³.

A Constituição Federal determina que os Estados apliquem no mínimo 12% das receitas provenientes de

Gráfico 6



¹¹ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹² FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

¹³ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

impostos e transferências governamentais na área de Saúde, e 25% em Educação.

Já a Constituição Estadual estabelece que sejam aplicados na FAPERJ 2% das receitas advindas de impostos e transferências. No FECAM o mínimo a ser gasto anualmente é 5% das receitas provenientes de Royalties e Participações Especiais, fortalecendo as ações de preservação do meio ambiente, e por último, no FEHIS a aplicação mínima é de 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECP).

A Tabela 24 ao lado apresenta os percentuais contabilizados até o mês de junho. É válido ressaltar que os índices constitucionais são apurados para fins legais apenas ao final do exercício. O acompanhamento ao longo do ano é realizado para fins de planejamento orçamentário e controle da execução das despesas.

➤ Educação

O índice constitucional da Educação apresentou uma execução maior em relação ao ano passado, fechando o terceiro bimestre com 23,22% de aplicação, contra 22,62% em 2011. Os gastos com Despesa de Pessoal e Investimentos foram os responsáveis pelo aumento das despesas liquidadas, enquanto as Despesas Correntes apresentaram retração de R\$ 10,6 milhões (-3,95%).

A folha de pagamento acumulada do primeiro semestre deste ano da Educação apresentou aumento de 25,15% em relação ao mesmo período do ano passado (+ R\$ 116,12 milhões). Até junho já foram liquidados R\$ 577,95 milhões em favor dos profissionais da área.

A diferença positiva entre a folha da Educação de 2012 e a do exercício passado é consequência dos do pagamento da gratificação Nova Escola reajuste de 13%, referente ao aumento de 3,5% no vencimento base, e 9,2% correspondentes à antecipação para julho de 2011 da parcela do Programa Nova Escola que deveria ocorrer em 2012.

Tabela 24

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA

EM R\$ MIL

PERÍODO	JAN- JUN 2011	JAN- JUN 2012
EDUCAÇÃO		
RECEITA BASE	13.030.797	13.857.836
DESPESA LIQUIDADADA*	2.947.353	3.218.400
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	3.257.699	3.464.459
% ÍNDICE	22,62%	23,22%
SAÚDE		
RECEITA BASE	13.020.865	13.857.818
DESPESA LIQUIDADADA**	1.196.785	1.274.092
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.562.504	1.662.938
% ÍNDICE	9,19%	9,19%
FAPERJ		
RECEITA BASE	7.733.078	8.223.333
DESPESA LIQUIDADADA*	135.547	126.494
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	154.662	164.467
% ÍNDICE	1,75%	1,54%
FECAM		
RECEITA BASE	3.118.143	3.946.166
DESPESA LIQUIDADADA*	60.550	69.824
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	155.907	197.308
% ÍNDICE	1,94%	1,77%
FEHIS		
RECEITA BASE	1.260.856	1.276.322
DESPESA LIQUIDADADA*	46.460	57.509
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	126.086	127.632
% ÍNDICE	3,68%	4,51%

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2006 a 2010)

** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

Posição SIG/SIAFEM: 16/07/2012

A folha de pagamento da Educação atingiu R\$ 578 milhões até o mês de junho, um aumento de 25,15% em relação a 2011. Isto é consequência da política de valorização do profissional da educação a partir da concessão de gratificações e contratação de novos servidores.

Os investimentos aumentaram R\$ 28,09 milhões quando comparados a igual período de 2011, dos quais R\$27,5 milhões na melhoria da Rede Física.

➤ Saúde

O percentual aplicado na Saúde se manteve estável em 9,19%. Em valores absolutos, foram aplicados R\$ 79,75 milhões a mais neste ano. A Tabela 25 ao lado apresenta mais detalhadamente as despesas contabilizadas no cálculo do índice.

A despesa liquidada para fins legais de cumprimento do índice é igual à soma das despesas realizadas pelas unidades orçamentárias que compõem a Função Saúde, inclusive as Fundações Estatais de Saúde, que a partir deste exercício serão responsáveis pela contratação de pessoal concursado pelo regime CLT.

A tabela 25 demonstra o cálculo do índice, observadas as disposições da Lei Complementar 141/2012 que trata das receitas e despesas que devem ser consideradas nesse cálculo.

No período em análise, os gastos correntes apresentaram um crescimento de 19,43% (+R\$ 100,7 milhões). Três projetos respondem por 53,72% de todo o gasto do custeio da saúde. São eles: Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais, que liquidou no primeiro semestre R\$ 219,65 milhões; Gestão Compartilhada Integral de Unidades Próprias (R\$ 82,39 milhões liquidados); e Contratação de Serviços Terceirizados, basicamente, serviços prestados por unidades neonatais particulares credenciadas a pacientes que necessitam de cuidados intensivos (R\$ 54 milhões liquidados).

A despesa com pessoal apresentou uma pequena redução de R\$ 4,67 milhões, justificada pela não inclusão da remuneração dos profissionais da área de saúde da corporação lotados em unidades que atendem clientela fechada, atendendo exigências de Lei 141/2012, que

Tabela 25

SAÚDE	2011	2012
RECEITA BASE	13.020.865	13.857.818
DESPESA LIQUIDADADA	1.196.785	1.274.092
Uos*	1.199.166	1.271.134
FR 23 - Gestão de Saúde		3.620
RP Cancelado	(805)	(93)
Dedução INSS/Pessoal/Impostos	(1.452)	(413)
Dedução Juros e Encargos (IVB)	(125)	(153)
Dedução despesas intra/gestão saúde	-	(4.200)
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.562.504	1.662.938
% ÍNDICE	9,19%	9,19%

* UOs da Função Saúde: 2901 - Sec. Saúde; 2961 - Fundo Estadual de Saúde; 2971 - Instituto Vital Brasil; 4043 - UERI

O Estado já gastou R\$ 619 milhões em custeio da rede de saúde, montante 19,43% ao gasto no primeiro semestre de 2011. Operacionalização dos hospitais, gestão compartilhada de algumas unidades e terceirização de serviços equivalem somados a 53,7% deste valor (R\$ 356 milhões).

considera para o cálculo do índice apenas os gastos das unidades abertas à população em geral. Essa medida representou uma redução de R\$ 69,17 milhões compensada, em parte pelo aumento da folha de Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 54,30 milhões), destinado ao pagamento dos demais servidores da área da Saúde, inclusive o corpo técnico.

O grupo de investimento apresenta, neste primeiro semestre, execução mais modesta, registrando redução de 32,25% (R\$ 18,2 milhões), justificada em grande parte pelo término das obras do RIO-IMAGEM. Foram aplicados R\$ 24,82 milhões em 2012 contra R\$ 36,70 milhões no mesmo período do ano passado.

➤ **FAPERJ, FECAM e FEHIS**

Os valores vinculados a esses índices, aplicados no semestre quando comparado à receita base realizada no período, seguem abaixo do percentual obrigatório, porém o ritmo da execução orçamentária melhorou a partir do 3º bimestre com tendência de acelerar ao longo do exercício. Nesses dois últimos meses constata-se aumento médio de 68% em relação ao bimestre anterior.

Cumprindo a sua principal finalidade, a FAPERJ destinou no primeiro semestre R\$ 113,53 milhões para auxílios a estudantes e pesquisadores, deste valor R\$ 45,75 milhões nos meses de maio e junho, valor 56,36% maior do que no bimestre passado.

O FECAM tem suas despesas concentradas em duas ações. Uma delas é o projeto Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara, que já liquidou R\$ 22,61 milhões até junho. O outro projeto é o Rio Mais Limpo, que realizava obras de saneamento em todo o Estado. Foram liquidados R\$ 10,75 milhões no primeiro semestre.

Já em relação ao FEHIS, tal como no ano passado os gastos em construções e reformas e melhorias de conjuntos habitacionais representam a maior parte das despesas contabilizadas para o índice. Neste primeiro

Tabela 26

Despesa Liquidada Mensal em 2012			
ÍNDICE	FAPERJ	FECAM	FEHIS
Janeiro	862.156	-	11.247.544
Fevereiro	43.429.056	3.382.667	181.537
Março	15.437.180	16.738.719	10.398.251
Abril	15.197.921	8.176.460	6.686.666
Maio	20.545.100	19.263.179	21.654.827
Junho	31.022.669	22.262.834	7.340.593
Total Geral	126.494.083	69.823.859	57.509.418

semestre de 2012, nessas ações foram liquidados R\$ 41,84 milhões valor superior em R\$ 1,31 milhão em relação ao mesmo período de 2011.

As despesas com a Recuperação da Região Serrana também contribuíram para elevação dos gastos do FEHIS. Já foram executadas obras no total de R\$ 7,44 milhões, praticamente totalmente liquidados neste bimestre.

Os gastos com os Índices Estaduais apresentaram aumento médio de 68% em relação ao último bimestre.

Box 02 – Aplicação dos repasses do SUS

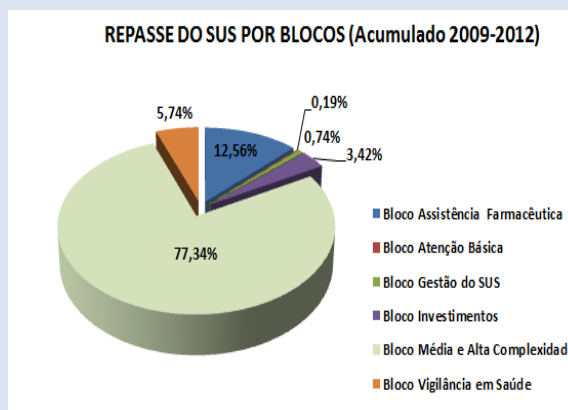
Em complementação ao Box nº1, que apresentou a evolução das receitas provenientes de transferências do SUS, analisaremos a destinação destes recursos (FR 25).

De acordo com a política implementada de transferências fundo a fundo, os recursos oriundos da União com destino às ações de saúde dos Estados são movimentados obedecendo ao fluxo vindo do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o Fundo Estadual de Saúde (FES).

Os recursos transferidos para o FES são aplicados diretamente em ações e programas de saúde dentro do Estado do Rio de Janeiro. Essas destinações são vinculadas a ações específicas e se subdividem em seis blocos, a saber:

1. Bloco de Assistência Farmacêutica
2. Bloco de Atenção Básica
3. Bloco de Gestão do SUS
4. Bloco de Investimentos
5. Bloco de Média e Alta Complexidade (MAC)
6. Bloco de Vigilância em Saúde

O gráfico ao lado apresenta a participação dos recursos repassados por Bloco para o período 2009 a jun/2012. Observa-se que o Bloco de Média e Alta Complexidade é responsável pela maior parcela de recursos (77,3% no acumulado), uma vez que boa parte dos serviços da área de saúde, tais como atendimentos nos hospitais da rede, SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), Serviços de Nefrologia, estão alocados neste bloco.



A Tabela abaixo mostra o total repassado pelo SUS ao FES. Ao longo do período analisado, constata-se uma redução no volume total de recursos, justificado pelo aumento do número de municípios que vem aderindo ao Pacto pela Saúde, tornando-se então, gestores dos recursos.

Repasso do SUS (FR 25)					
	2009	2010	2011	Jun/2012	Acumulado (2009-2012)
Bloco Assistência Farmacêutica	115.212.844	84.602.639	80.884.377	16.935.331	297.635.192
Bloco Atenção Básica	1.695.600	2.751.665	-	75.000	4.522.265
Bloco Gestão do SUS	3.583.972	7.276.348	1.996.770	4.627.993	17.485.083
Bloco Investimentos	5.980.000	53.273.659	16.528.904	5.291.867	81.074.430
Bloco Média e Alta Complexidade	633.392.933	462.354.574	483.375.720	252.961.768	1.832.084.996
Bloco Vigilância em Saúde	52.475.898	32.956.844	32.353.956	18.244.126	136.030.824
Total	812.343.257	643.217.738	615.141.738	298.136.085	2.368.832.789

Fonte: Fundo Nacional de Saúde

A análise da aplicação dos recursos da FR 25 (SUS) no âmbito do orçamento de ERJ mostra que além do Fundo Estadual de Saúde, a UERJ, como responsável pelo Hospital Pedro Ernesto, bem como o Corpo de Bombeiros e a Secretaria de Administração Penitenciária também utilizam estes recursos.

Além das aplicações diretas, principalmente pelo FES, nos blocos apontados acima, foram realizadas transferências a diversos municípios. Merecem destaque os anos de 2010 e 2011 em que os valores cresceram significativamente, como resultado do incentivo ao custeio e à manutenção das UPA's (Unidade de Pronto Atendimento) em diversos municípios, tais como em: Niterói, Itaguaí, Petrópolis, Queimados, Araruama, Macaé, Resende, Angra dos Reis, São João de Meriti, dentre outras.

DESPESA LIQUIDADADA (FR 25) POR UO					
ÓRGÃO	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	2009	2010	2011	JUN/2012
Fundação Universidade do Estado do RJ	APLICAÇÕES DIRETAS	33.181.456	37.202.401	40.679.306	13.013.884
Fundo Especial do Corpo de Bombeiros	APLICAÇÕES DIRETAS	5.182.521	4.871.050	1.416.099	611.652
Fundo Estadual de Saúde	APLICAÇÕES DIRETAS	827.834.353	598.328.835	626.016.834	108.892.344
	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	9.781.671	33.975.425	74.823.438	6.650.000
Secretaria de Estado de Admin.Penitenciária	APLICAÇÕES DIRETAS	10.142.056	10.336.102	742.771	-
Total		886.122.057	684.713.813	743.678.447	129.167.880
% da Transf. a Munic. Em relação ao total de repasse do SUS		1,10%	4,96%	10,06%	5,15%

Fonte: SIG

Todo o panorama aponta para a tendência da maior responsabilização por parte da rede municipal, visto que o município responderá diretamente pelo atendimento das necessidades e demandas da saúde em seu território, culminando no aperfeiçoamento da gestão desses serviços no país.

Box 03 – Evolução das despesas de pessoal

Este Box tem como objetivo analisar a evolução da despesa de pessoal no período 2007/2011, quando o ERJ inicia um processo de modernização institucional e administrativa, depois de longo período sem realização de concursos públicos para renovação dos quadros funcionais, inclusive para carreiras de Estado. Estes, em sua maioria, contavam com pessoal terceirizado e, a partir de então o Estado cumprindo dispositivos constitucionais vem adotando o princípio da impessoalidade na admissão de pessoal aliado à exigência de qualificação técnica.

As tabelas aqui apresentadas demonstram as despesas de pessoal financiadas com recursos do Tesouro, uma vez que apenas o DETRAN e a Imprensa Oficial pagam suas despesas com Recursos Diretamente Arrecadados.

A tabela abaixo compara a despesa de pessoal realizada no exercício de 2011 com o de 2007. Ao final de 2011 essas despesas somaram R\$13,83 bilhões, representando uma variação de 53,7% em relação a 2007. Dentre os demais poderes, o maior incremento, em termos percentuais, está registrado no Ministério Público, atingindo 77,3% (+R\$ 112,23 milhões). Já em termos absolutos, o maior incremento foi no Tribunal de Justiça, no qual a variação no período foi de +R\$651,13 milhões.

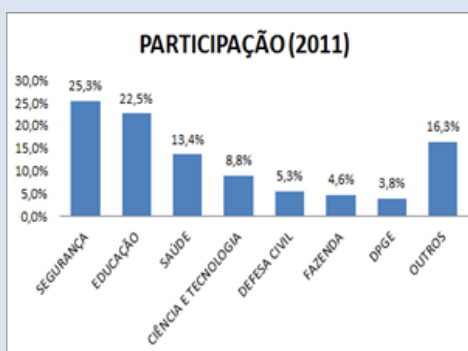
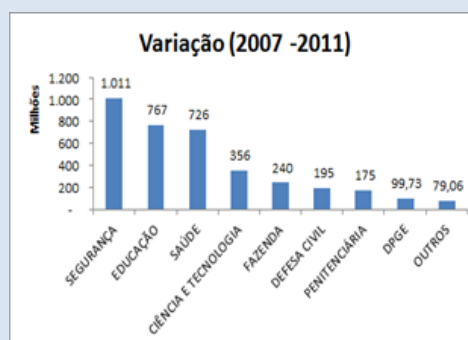
DESpesas DE PESSOAL				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2007	2011	VARIAÇÃO	DIFERENÇA
Tribunal de Justiça	1.366.413	2.017.549	47,7%	651.136
Ministério Público	363.328	644.174	77,3%	280.846
Assembleia Legislativa	348.774	461.452	32,3%	112.678
Tribunal de Contas do Estado do Rio Janeiro	267.592	405.825	51,7%	138.233
(1)TOTAL OUTROS PODERES	2.346.108	3.529.001	50,4%	1.182.893
TOTAL EXECUTIVO	6.268.092	10.058.019	60,5%	3.789.927
Encargos Gerais do Estado sob Superv. da SEFAZ	387.435	246.050	-36,5%	-141.386
Encargos Gerais do Estado sob Superv. da SEPLAG	72	49	-32,2%	-23
TOTAL EGE*	387.507	246.098	-36,5%	-141.409
(2)TOTAL EXECUTIVO COM EGE	6.655.599	10.304.117	54,8%	3.648.518
TOTAL GERAL (1+2)	9.001.707	13.833.118	53,7%	4.831.411

*Excluídas despesas com Precatórios

No Executivo, a variação total alcançou 60,5% (+R\$3,79 bilhões). Os maiores aumentos foram registrados nas áreas consideradas estratégicas, como Segurança (+R\$1,01 bilhão), Educação (+R\$767 milhões) e Saúde (+R\$726 milhões) O gráfico ao lado detalha, em valores absolutos, as maiores variações no período analisado.

Da mesma forma essas três áreas, educação, saúde e segurança respondem por 61,2% da despesa do Executivo com pessoal justificados por serem áreas fim, responsáveis pela prestação direta de serviços à população.

O crescimento na área de Educação entre 2007-2011 (+24,8%) é reflexo dos reajustes concedidos (4% em 2007 e 8% em 2008) e da incorporação aos vencimentos da gratificação do Programa Nova Escola (= + 4,5%), além da regularização do pagamento do Adicional de Qualificação (mestrado ou doutorado) concluída em julho de 2011. Atendendo reivindicações dos professores, a Gratificação de Lotação Prioritária passou a ser paga considerando a



carga horária de 16 horas semanais. Contribui ainda para o aumento da despesa a nomeação de 1.520 professores concursados em anos anteriores.

Parte da despesa de pessoal da Secretaria de Educação é custeada com recursos do FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, criado pela Lei 11.494/2007 em substituição ao FUNDEF. Pela Lei, no mínimo 60% dos recursos do FUNDEB devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério. O FUNDEB é um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, constituído por recursos provenientes dos impostos arrecadados pelos Estados e Municípios. Logo, trata-se de recursos do Tesouro que retornam para aplicação no próprio Estado ou Município, de acordo com índice de alunos matriculados na Rede Oficial, apurado pelo censo escolar do MEC.

Despesas Liquidadas da SEEDUC

UO	FR	2007	2008	2009***	2010	2011	2012**
SEEDUC	TESOURO	484.008.441	314.962.589	107.557.449	59.584.034	76.960.777	46.767.252
	FUNDEB	1.043.353.745	1.441.647.405	1.733.766.745	1.995.231.676	2.174.291.307	1.232.232.400
TOTAL GERAL		1.527.362.186	1.756.609.993	1.841.324.194	2.054.815.710	2.251.252.084	1.278.999.652

* SIG em 26/07/2012

** Valores até junho de 2012

***2009 Despesa com Degase

A cada ano, os recursos do FUNDEB vêm aumentando sua participação nos gastos de pessoal da SEEDUC, até em percentual superior ao exigido legalmente, isto porque os recursos do Tesouro estão sendo destinados ao custeio e aos investimentos da área, inclusive à educação superior e ao ensino profissionalizante que não recebem recursos do FUNDEB.

A área de Segurança Pública, no período de 2007 a 2011 foi a que mais aumentou, por conta da implantação da nova política que exigiu a reestruturação institucional do setor com reflexo na valorização profissional e no aumento do contingente por realização de concursos públicos, inclusive para compor o contingente das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que já somam 26 unidades instaladas nas comunidades a seguir listadas:

UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA INSTALADAS

Instalação	Unidade	Comunidade	Bairro	Zona
Julho de 2012	26ª UPP	Vila Cruzeiro / Parque Proletário	Penha	Norte
27 de Junho de 2012	25ª UPP	Morro da Chatuba / Morro da Caixa D'água	Penha	Norte
27 de Junho de 2012	24ª UPP	Morro do Sereno / Morro da Fé	Penha	Norte
30 de Maio de 2012	23ª UPP	Morro do Alemão / Pedra do Sapo	Complexo do Alemão	Norte
11 de Maio de 2012	22ª UPP	Morro do Adeus/ Morro da Baiana	Bonsucesso / Ramos	Norte
18 de Abril de 2012	21ª UPP	Fazendinha/ Nova Brasília	Complexo do Alemão	Norte
Agosto de 2012	20ª UPP	Rocinha	São Conrado	Sul
18 de Janeiro de 2012	19ª UPP	Vidigal/Chácara do Céu	Leblon	Sul
03 de Novembro de 2011	18ª UPP	Morro da Mangueira/Morro do Tuiuti	São Cristóvão	Norte
17 de Maio de 2011	17ª UPP	Complexo do São Carlos	Estácio	Centro
25 de Fevereiro de 2011	16ª UPP	Morros dos Prazeres/ Escondidinho	Santa Teresa	Centro
25 de Fevereiro de 2011	15ª UPP	Morros da Coroa/ Fallet e Fogueteiro	Catumbi	Centro
28 de Janeiro de 2011	14ª UPP	Morros São João/ Matriz e Quieto	Engenho Novo	Norte
30 de Novembro de 2010	13ª UPP	Morro dos Macacos	Vila Isabel	Norte
30 de Setembro de 2010	12ª UPP	Morro do Turano	Tijuca / Rio Comprido	Norte
17 de Setembro de 2010	11ª UPP	Morro do Saigueiro	Tijuca	Norte
28 de Julho de 2010	10ª UPP	Morro do Andaraí	Andaraí	Norte
1ª de Julho de 2010	9ª UPP	Morro da Formiga	Tijuca	Norte
7 de Junho de 2010	8ª UPP	Morro do Borel	Tijuca	Norte
25 de Abril de 2010	7ª UPP	Morro da Providência	Santo Cristo / Gamboa	Centro
14 de Janeiro de 2010	6ª UPP	Ladeira dos Tabajaras/Morro dos Cabritos	Copacabana	Sul
23 de Dezembro de 2009	5ª UPP	Cantagalo-Pavão-Pavãozinho	Copacabana / Ipanema	Sul
10 de Junho de 2009	4ª UPP	Morro da Babilônia/ Chapéu-Mangueira	Leme	Sul
18 de Fevereiro de 2009	3ª UPP	Jardim Batan	Realengo	Oeste
16 de Fevereiro de 2009	2ª UPP	Cidade de Deus	Jacarepaguá	Oeste
28 de Novembro de 2008	1ª UPP	Favela Santa Marta	Botafogo	Sul

Como consequência dos benefícios concedidos pelas diversas leis autorizativas, a despesa que em 2007 requereu R\$ 1,59 bilhão, em 2011 atinge R\$ 2,60 bilhão, demonstrados a seguir:

DESPESA DE PESSOAL LIQUIDADADA NA SEGURANÇA

UO	2007*	2008	2009	2010	2011	2012**
2601 - SESEG		14.028.691	17.641.912	21.785.110	35.109.807	17.772.861
2604 - PCERJ	527.244.521	542.648.482	574.119.686	689.956.553	772.902.331	451.760.634
2611 - PMERJ	1.064.585.911	1.146.196.488	1.243.309.622	1.518.686.170	1.793.795.449	1.066.839.545
2632 - ISP***	1.564.958	1.853.877	2.081.854	2.036.151	2.202.138	1.361.016
Total Geral	1.593.395.391	1.704.727.538	1.837.153.075	2.232.463.984	2.604.009.725	1.537.734.056

* Em 2007, a despesa de pessoal da SESEG integrava a folha de pessoal da Polícia Civil.

** Valores liquidados até junho de 2012.

*** Instituto de Segurança Pública do Estado do RJ

Neste ano, considerável aumento veio beneficiar a categoria, antecipando a partir de fevereiro, de forma cumulativa o pagamento das parcelas vincendas ao longo de 2012, já que a leis que concederam o reajuste estabeleceram que o acréscimo da remuneração seria efetivado em 48 parcelas mensais e consecutivas, de 0,915% (zero vírgula novecentos e quinze por cento) incidentes sobre o vencimento-base a partir de 01/01/2011 (Leis em 5.767 e Nº 5.768, ambas de 2010). Para fevereiro 2013 já está autorizado o pagamento antecipado das parcelas restantes.

Acrescenta-se ainda a implantação do Regime Adicional de Serviços – RAS, que prevê o Programa Estadual de Integração na Segurança – PROEIS e o Programa Estadual de Segurança nos Serviços Públicos Em Regime de Concessão – PROESP, a partir da edição do Decreto 43.538, de 03/04/2012. Tal regime regulamenta a atuação voluntária em ações específicas, determinadas pelo Comando-Geral da PMERJ com base em convênios firmados entre o Estado e os municípios do Estado do Rio de Janeiro e concessionárias de serviços públicos, considerando que a escala de trabalho dos Policiais Militares, permite o desempenho de atividades extraordinárias ligadas à carreira. As características dos Programas estão abaixo resumidas:

PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	PAGAMENTO	VALORES DA GRATIFICAÇÃO			
				Nível	Turno 06 Horas	Turno 08 Horas	Turno 12 Horas
REGIME ADICIONAL DE SERVIÇOS - RAS	serviços temporários prestados por servidores da SESEG, CBMERJ e SEAP, definidos pelos respectivos titulares, para participação em programas específicos (Rio + 20).	Convocação	Recursos do Estado	Oficial Superior	R\$ 187,50	R\$ 250,00	R\$ 375,00
				Oficial	R\$ 150,00	R\$ 200,00	R\$ 300,00
				Praças	R\$ 112,50	R\$ 150,00	R\$ 225,00
PROGRAMA ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO NA SEGURANÇA - PROEIS	ações determinadas pelo Comando-Geral da PMERJ conforme convênios firmados com municípios do ERJ ou termos de cooperação pactuados com o Poder Executivo.	Inscrição Voluntária	Conveniente	Oficiais		R\$ 175,00	
				Graduados e Praças		R\$ 150,00	
PROGRAMA ESTADUAL DE SEGURANÇA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM REGIME DE CONCESSÃO - PROESP	ações determinadas pelo Comando-Geral da PMERJ - convênios firmados entre o Estado e as concessionárias de serviços públicos, visando manutenção da ordem pública na prestação de serviços (SUPERVIA).	Inscrição Voluntária	Conveniente	Oficiais		R\$ 175,00	
				Graduados e Praças		R\$ 150,00	

VI - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.I Cota Financeira

Com a publicação da Resolução SEFAZ nº 494/2012, verificou-se o acréscimo da Cota Financeira em R\$ 1.616,38 milhões em relação ao valor liberado, até o 3º bimestre (Gráfico 7) do ano corrente. Tal incremento decorreu, em sua grande parte, por causa da liberação de recursos oriundos de operações de crédito e que serão aplicados no Programa de Melhoria da Infra-estrutura Rodoviária e Urbana, e da Mobilidade das Cidades do Estado do Rio de Janeiro – PRÓ-CIDADES. Desse valor, apenas 9,2% (R\$ 148,05 milhões) foram liberados nas Fontes de Recursos (FR) do Tesouro e 90,8% (R\$ 1.468,34 milhões) nas demais fontes.

Em relação ao valor liberado até o 3º bimestre do ano de 2012, concluiu-se que a cota financeira liberada na FR do Tesouro (R\$ 2.375,42 milhões) foi 67,6% maiores do que a liberada nas Demais FR (R\$ 1.417,05 milhões), como pode ser observado na Tabela 27.

O índice de utilização da Cota Financeira liberada das Fontes de Recurso sob a gestão do Tesouro Estadual continua elevado, aproximadamente, 100% até o 3º bimestre corrente, enquanto nas outras FR a utilização chegou a 69%, o que evidencia que as Fontes de Recursos do Tesouro são preferencialmente utilizadas pelos órgãos.

A emissão das Programações de Desembolso, nas FR do Tesouro, até o 3º bimestre deste ano, foi quase equitativa comparando as áreas prioritárias (Educação, Saúde e Segurança) com as demais áreas, conforme demonstrado na Tabela 28. Ambas as áreas utilizaram quase 100% da cota financeira liberada.

O Tesouro do Estado, por sua vez, adimpliu 89,1% das PD's emitidas pelos órgãos das áreas prioritárias, mantendo o alto percentual de Programações de Desembolso pagas em relação à Cota Financeira utilizada.

Gráfico 7

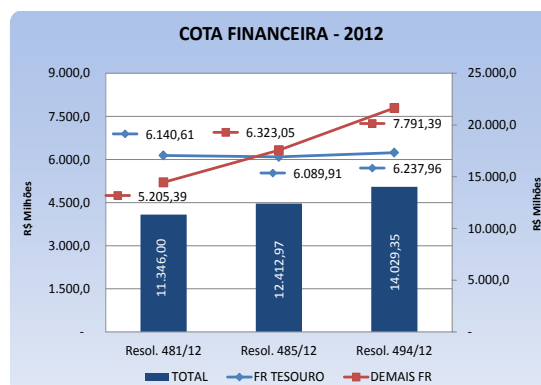


Tabela 27

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ JUNHO DE 2012

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	3.345	2.682	2.375	2.368	2.152
FR - Outras	1.626	1.026	1.417	977	897
Total geral	4.971	3.707	3.792	3.346	3.049

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Jun/2012

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	80,16%	112,90%	88,32%	99,71%	90,86%
FR - Outras	63,10%	72,38%	95,28%	68,97%	91,77%
Total geral	74,58%	97,76%	90,24%	88,22%	91,12%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Jun/2012

Tabela 28

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ JUNHO DE 2012 POR ÁREAS (FR TESOURO)

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	281	181	175	175	161
SAÚDE	895	711	574	574	488
SEGURANÇA	246	195	190	190	171
DEMAIS ÁREAS	1.924	1.595	1.436	1.430	1.332
TOTAL GERAL	3.345	2.682	2.375	2.368	2.152

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Jun/2012

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	64,27%	103,10%	96,80%	99,80%	92,07%
SAÚDE	79,46%	123,87%	80,73%	100,00%	85,06%
SEGURANÇA	79,21%	102,33%	97,54%	99,81%	90,12%
DEMAIS ÁREAS	82,93%	111,11%	89,61%	99,57%	93,14%
TOTAL GERAL	80,16%	112,90%	88,32%	99,71%	90,86%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Jun/2012

O Gráfico 8 evidencia que a Cota Financeira, liberada até o 3º bimestre deste ano, foi 9,3% superior que o montante liberado no mesmo período de 2011. Contudo,, mesmo diante do incremento do valor liberado e do alto percentual de utilização, o Tesouro manteve-se eficaz adimplindo 90,6% das PD's emitidas, superando o índice de pagamento do ano anterior que foi de 82%.

VI.II Pagamento de PD's

No 3º bimestre de 2012, a Secretaria de Estado da Fazenda reduziu o prazo médio de pagamentos das Programações de Desembolso (PD's), quando comparado ao mesmo período do ano passado, de 25 para 21 dias, praticando 19 dias para as áreas prioritárias e 22 dias para as áreas não prioritárias (Tabela 29).

O Tesouro Estadual, nesse bimestre, saldou cerca de 7 (sete) mil PD's, sendo que 79% do total das PD's foram honradas em até 30 dias (Gráfico 9), percentual esse maior que o mesmo período do ano passado. Por fim, cabe destacar que apenas 272 PD's foram pagas após 35 dias.

Gráfico 8

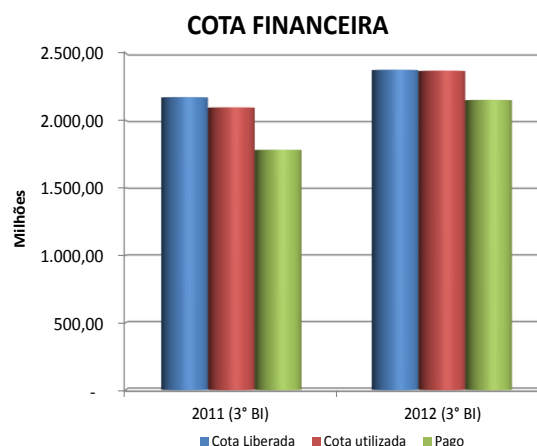


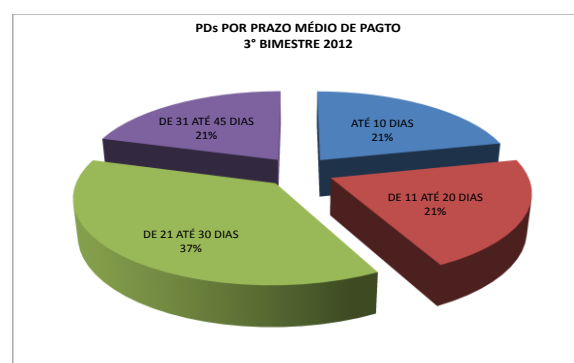
Tabela 29

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's
3º BIMESTRE DE 2012

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	19
NÃO PRIORITÁRIAS	22
MÉDIA GERAL	21

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 9



VI.III Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

A expectativa inflacionária para o ano de 2012, apresentou queda em relação a abril e segue em torno de 4,5%, no cenário de referência, o que levou o Comitê de Política Monetária (COPOM), na 167ª¹⁴ reunião, a reduzir a taxa Selic em 0,50 pontos percentuais, passando a vigorar a taxa de 8,00% a.a. a mais baixa registrada na história.

Assim, a redução da taxa Selic, junto com outros fatores, e.g. disponibilidade financeira do período, acarretaram na redução de 3,6% da receita financeira do 3º bimestre, quando comparado ao 2º bimestre de 2012 e 34% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Com isso, o Tesouro até o terceiro bimestre realizou 51% da receita financeira estimada pela LOA para o ano de 2012.

Apesar do cenário desfavorável, os fundos exclusivos do Tesouro Estadual, vem mantendo um bom desempenho, o que advém do constante esforço do Tesouro Estadual de otimizar os recursos em sua administração, que possuem uma rentabilidade maior que a dos outros fundos. Tais fundos obtiveram em média 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos) no 3º bimestre.

Após a realização da quarta queda da taxa de juros básica no ano, e alguns indicadores econômicos apresentarem uma provável desaceleração da economia, a curva de juros foi ajustada, projetando uma taxa de juros de 7,50% a.a. para o final do 2012.

Gráfico 10

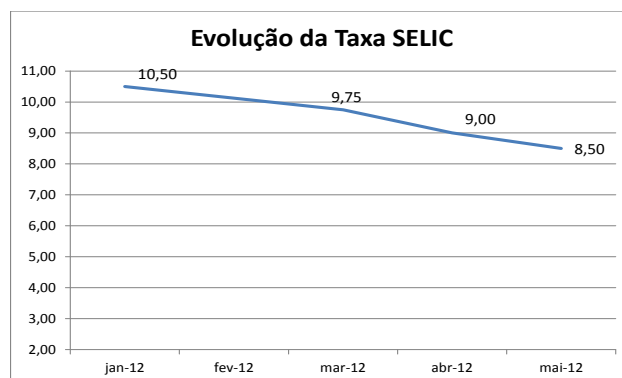


Gráfico 11

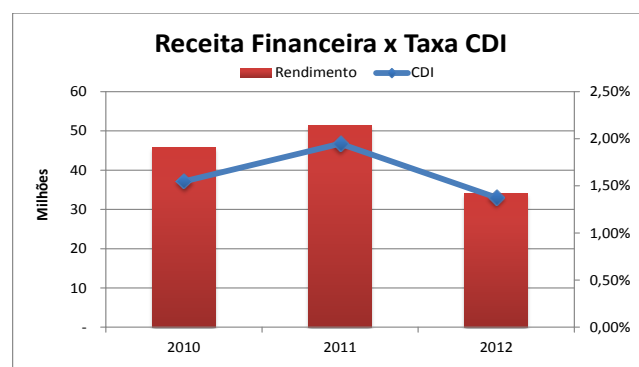
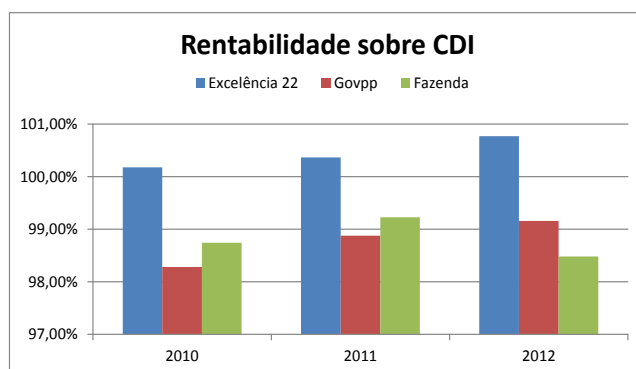


Gráfico 12



¹⁴ Reunião realizada nos dias 29 e 30 de maio de 2012.

VI.IV Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a junho de 2012, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 125,7 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais pelos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 38%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 22%, para serviços de água e esgoto; 29%, para serviços de transmissão de dados; 6%, para serviços de telefonia; e, 4%, para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas e, ainda, evitar custos derivados de multas e moras decorrentes de pagamentos atrasados.

Destarte, no exercício de 2012, foram disponibilizados R\$ 356 milhões¹⁵ neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 164,8 milhões, ou seja, 46%.

Um fator que colabora para obter eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e a celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, criado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais¹⁶, abarca 16 concessionárias.

No primeiro semestre de 2012, através do SIPC, foram registrados R\$ 147,5 milhões referentes a faturamento de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 100,3 milhões, ou seja, 68% do total. Todavia, analisando-se os pagamentos por bimestre, constata-se

Gráfico 13

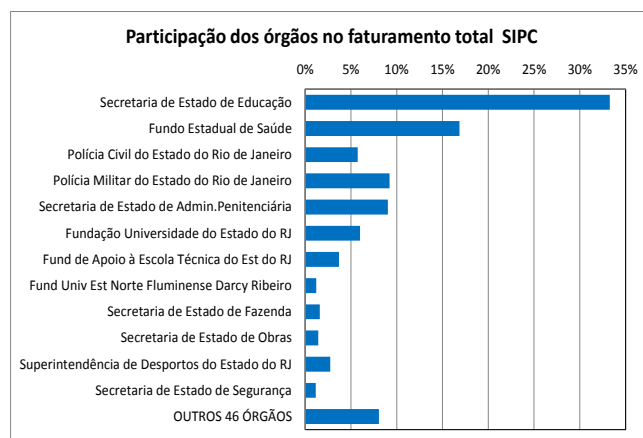
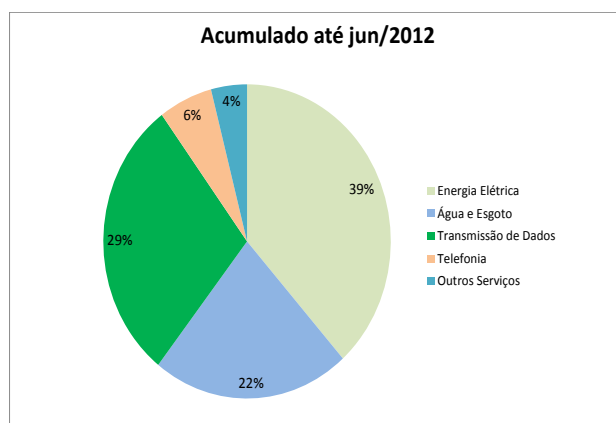


Gráfico 14



¹⁵ Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.

¹⁶ Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.

que estão quitados 93,3%, 76,4% e 34,2%, respectivamente, das despesas de competência janeiro-fevereiro, março-abril e maio-junho.

O aumento da inadimplência junto às concessionárias (68%) decorre dos atrasos por parte de alguns órgãos para efetuarem as descentralizações orçamentárias e as transferências de cota financeira, etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

No 3º bimestre, a Fundação Estadual de Saúde (FES) e a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) juntaram-se aos órgãos que já apresentavam problemas no 2º bimestre, quais sejam: Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC). Cabe dizer que esses cinco órgãos juntos são responsáveis por 71% do montante faturado em maio/junho, estando quitado apenas 17,6%.

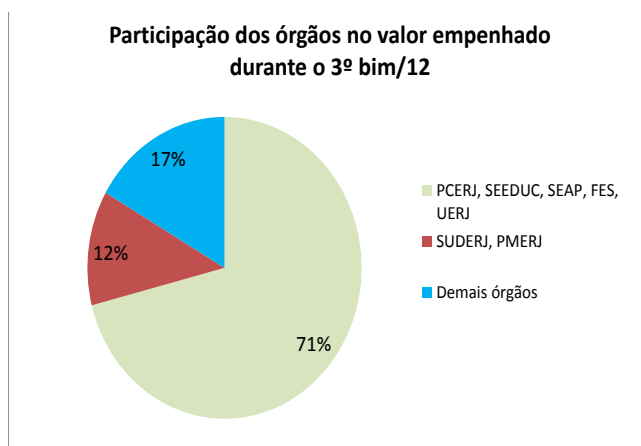
Por outro lado, cabe destacar que a Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (SUDERJ) e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), dois órgãos que possuem expressiva importância na participação dos valores junto às concessionárias (somados correspondem a 12% dos valores empenhados durante o 3º bimestre) têm honrado seus compromissos de forma célere. Verificou-se que, juntos, já honraram 93,5% de suas obrigações com as concessionárias abarcadas pelo SIPC.

V.4.1 Características de Consumo

Analisando o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no terceiro bimestre de 2012, pode-se verificar um aumento global de 2,85%, se comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que no terceiro bimestre de 2012, foram gastos com a demanda de alta tensão R\$ 12,4 milhões, sendo R\$ 8,7 milhões de

Gráfico 15



demanda contratada e R\$ 992 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, desde novembro de 2011, os serviços são prestados por duas operadoras: Intelig e Oi/Telemar. Observa-se que, neste período, a média do faturamento bimestral foi de R\$ 2,1 milhões. Contudo, os gastos tendem a cair nos próximos meses, pois, em maio de 2012, após a rescisão do contrato com a Intelig e, com o término da vigência do contrato emergencial com a Oi/Telemar, houve licitação para os serviços de telefonia fixa que resultou em novo contrato com a Oi/Telemar. Quanto aos serviços de telefonia móvel, a média de faturamento bimestral foi de R\$ 190 mil.

Em relação aos serviços de água e esgoto, com o objetivo e tornar a conciliação das faturas mais eficiente, a partir de 2011, as concessionárias passaram a enviar, regularmente, os dados sobre o consumo de cada instalação estadual à Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias – CACPC. Importante destacar que a adesão da Cedae ao SIPC tornou o acompanhamento destas despesas mais abrangente.

No 3º bimestre de 2012, foram faturados R\$ 19 milhões com os serviços de água e esgoto, 3,6% menos se comparado com o bimestre anterior. Ressalte-se que só a CEDAE compreende cerca de 85% do total faturado para este tipo de serviço, no 1º semestre.

VI.V. Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Desde a implantação do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, em meados de 2007, até a presente data, esta SEFAZ recebeu 1.690 requerimentos solicitando

Tabela 30

	R\$ mil		
CONCESSIONÁRIAS	1 bim/12	2 bim/12	3 bim/12
CEDAE	15.994	16.598	16.248
ÁGUAS DE NITEROI S/A	1.191	1.289	1.271
ÁGUAS PARAÍBA S/A	898	1.017	841
ÁGUAS JUTURNAIBA S/A	185	223	171
SAAE VR	108	132	77
AGULHAS NEGRAS S/A	109	107	95
ÁGUAS NOVA FRIBURGO LTDA	89	94	78
ÁGUAS IMPERADOR S/A	103	90	83
PROLAGOS	87	123	110
SAAE BM	31	38	37
TOTAL FATURADO	18.795	19.712	19.012

Obs.: O valor de SAAE VR no 3º bim não considerou a fatura de junho/2012, pois a mesma não foi recebida em tempo.

informações sobre créditos. Desse montante, após as 5 fases abertas, 994 credores aderiram ao mesmo, totalizando um valor repactuado de, aproximadamente, R\$ 258,5 milhões.

VI.V.1 Valores Adimplidos em Maio de 2012

Seguindo o cronograma de pagamento estipulado pela Secretaria de Estado de Fazenda para o Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, após os pagamentos realizados no mês de maio de 2012, que contemplou o pagamento da décima parcela, para os credores que ingressaram na 1º fase do programa; o pagamento da nona parcela, para os credores que ingressaram na 2º fase do programa; o pagamento da oitava parcela, para os credores que ingressaram na 3º fase; o pagamento da sétima parcela, para os credores que ingressaram na 4º fase; e, o pagamento da terceira parcela, para os credores que ingressaram na 5º fase, o Tesouro Estadual dispendeu o total de R\$ 13,71 milhões.

Cabe destacar que, desde o início do Programa, iniciado em meados de 2007, o Tesouro Estadual já pagou o montante de R\$ 187,20 milhões.

Verificou-se, ademais, que após a aplicação dos procedimentos instituídos pelo módulo “AUTENTICA” (instituído por meio da Portaria CGE nº 138, de 16 de outubro de 2009) e da baixa contábil de alguns restos a pagar em virtude da prescrição administrativa, verificou-se que o estoque efetivo dos restos a pagar abarcados pelo programa, que, inicialmente, montava em R\$ 400 milhões, atualmente monta em cerca de R\$ 345 milhões.

Assim, como cerca de R\$ 258,50 milhões já foram repactuados, conclui-se que quase 75,00% do total da dívida foi atendida pelo programa, dando ao tratamento deste a um alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado. Em relação ao total dos pagamentos efetuados até o 3º bimestre de 2012, aproximadamente 72,50% do total da dívida já foi integralmente quitada. Importante enfatizar, também, que

do total desses credores, 850 credores já tiveram seus créditos integralmente adimplidos, o que corresponde a aproximadamente 85,50% do total de adesões. E, ainda, do total desses fornecedores, 602 possuíam créditos com valores inferiores a R\$ 50.000,00, ou seja, receberam em parcela única.

VI. VI Requisições Judiciais de Pagamento.

VI.VI.1 Precatórios

No 3º bimestre de 2012, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 6,06 milhões para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios.

Os pagamentos realizados nos meses de maio e junho foram compostos das parcelas de 9 acordos do Estado. Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 66,65% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 33,35% empregados nas obrigações de natureza comum.

Salienta-se que em decorrência da opção feita pelo Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, consoante as disposições da Emenda Constitucional nº 62, o Estado aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

Diante da nova sistemática introduzida pela EC nº 62/2009, o pagamento de novos precatórios são realizados, diretamente, pelo Tribunal de Justiça, com os recursos financeiros transferidos pelo Estado do Rio de Janeiro. Assim, atualmente, apenas os pagamentos dos

Gráfico 16

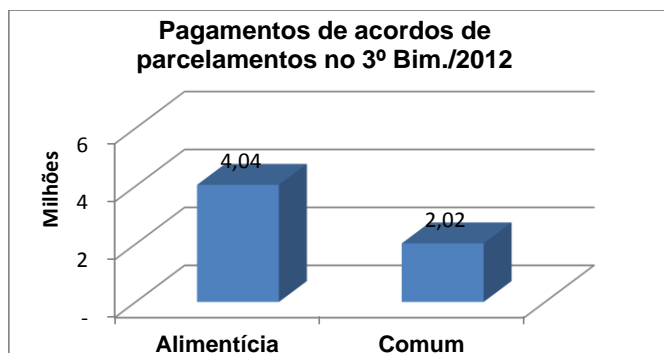
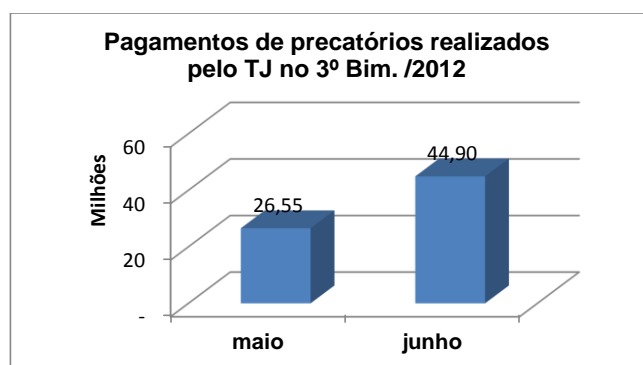


Gráfico 17



acordos de parcelamento de precatórios e as requisições judiciais de pequeno valor estão sendo feitos pela Secretaria de Estado de Fazenda.

De acordo com as guias de depósito encaminhadas pelo Tribunal de Justiça à Secretaria de Estado de Fazenda, nos meses de maio e junho de 2012, foram pagos R\$ 71,45 milhões em precatórios do Estado do Rio de Janeiro e suas entidades.

VI.VI.2 Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 3º Bimestre deste ano, foram pagas 308 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 1,96 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal¹⁷.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foi desembolsado, no 3º bimestre de 2012, o montante de R\$ 79,27 milhões.

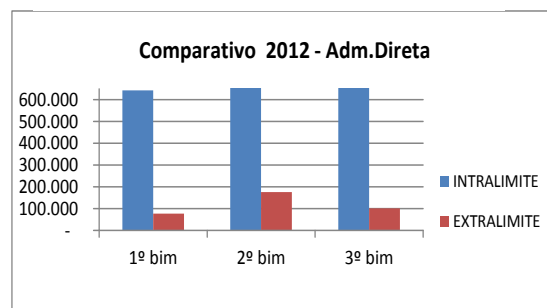
VI.VII Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 3º bimestre de 2012, R\$ 775,69 milhões com o serviço da dívida¹⁸. A importância desembolsada foi 8,1% inferior ao valor pago nos meses de março e abril de 2012.

Tabela 31

PAGAMENTOS DE RPV - 3º BIM. 2012		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
MAIO	157	1.031.616,20
JUNHO	151	928.760,06
TOTAL	308	1.960.376,26

Gráfico 18



¹⁷ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

¹⁸ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

Esta variação foi influenciada pela redução do serviço extra limite, que foi 42,14% inferior ao pago no 2º bimestre, visto que não se repetiram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa ocorridos no bimestre anterior.

Do total pago no 3º bimestre de 2012, R\$ 673,05 milhões foram referentes à dívida intralimite¹⁹, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 42,97 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual²⁰ alcançou R\$ 0,58 milhões, 81,7% inferior em relação ao 2º bimestre de 2012. Esta redução se deve ao pagamento semestral ocorrido no bimestre anterior do contrato da RIOTRILHOS DMLP.

¹⁹ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

²⁰ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Tabela 32

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2º bim 2012			3º bim 2012			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	399.156	441.722	840.878	356.331	418.780	775.111	-7,82%
INTRALIMITE	282.262	382.219	664.480	286.120	386.929	673.049	1,29%
EXTRALIMITE	116.895	59.503	176.398	70.211	31.851	102.062	-42,14%
INTERNA	52.033	35.737	87.770	70.211	25.390	95.600	8,92%
EXTERNA	64.861	23.766	88.628	-	6.461	6.461	-92,71%
ADM. INDIRETA HONRADA	2.244	924	3.168	519	60	579	-81,73%
TOTAL	401.401	442.646	844.046	356.850	418.840	775.690	-8,10%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	239.229	382.219	621.448	243.147	386.929	630.076	1,39%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	282.262	382.219	664.480	286.120	386.929	673.049	1,29%
Diferença incorporada no resíduo	(43.033)	-	(43.033)	(42.973)	-	(42.973)	-0,14%

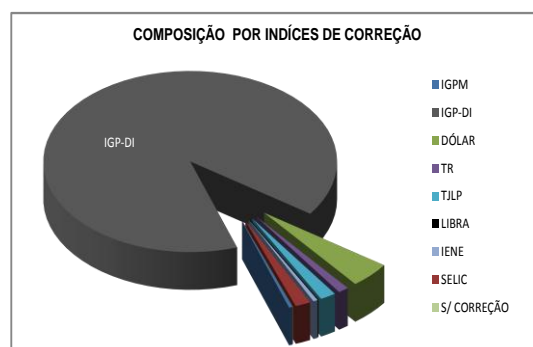
Valores pagos a preços correntes.

* No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 3º bimestre de 2012, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 65,47 bilhões, 3,4% maior que no bimestre anterior. Explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI²¹ e pela variação do dólar nos contratos da dívida externa.

Gráfico 19



²¹ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 87,8% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram um aumento de 1,3% e 1,8% respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 3º bimestre fechou em 0,6% (IGP-DI de abr/12 e mai/12) e nos últimos 12 meses (de jun/11 a mai/12) em 3,9%.

Tabela 33

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2012			
	2º Bimestre	3º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	63.340.797,29	65.468.632,68	3,36%
INTERNA	60.145.338,50	62.015.507,81	3,11%
Dívida com a União	60.145.338,50	62.015.507,81	3,11%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	3.136.760,18	3.391.161,87	8,11%
Com Aval do Tesouro Nacional	3.133.840,27	3.388.057,92	8,11%
Mobiliária	2.919,91	3.103,95	6,30%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	58.698,61	61.963,01	5,56%
DÍVIDA FINANCEIRA	63.340.797,29	65.468.632,68	3,36%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	32.074.801,33	33.145.073,14	3,34%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	1,97	1,98	0,02%

Valores a preços correntes

O estoque da dívida externa, que corresponde a 5,2% do total da dívida financeira, encerrou o 3º bimestre de 2012 com saldo de R\$ 3,39 bilhões, ou seja, 8,1% superior ao do 2º bimestre de 2012, justificada pela variação positiva do dólar²² do período e, em virtude do ingresso de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 61,96 milhões, representando um aumento de 5,6% em relação ao saldo verificado no bimestre anterior. O aumento supracitado decorre da variação cambial do período, uma vez que o dólar é o indexador do contrato da RIOTRILHOS DMLP.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou um aumento de 0,02%, passando de 1,97 para 1,98²³. A despeito da elevação do

Tabela 34

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS

R\$ Mil

Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.578.456	2,49%	2,41%
2,1 - 4	436.211	0,69%	0,67%
4,1 - 6	60.176.008	94,90%	91,92%
acima de 6,1	1.220.833	1,93%	1,86%
Subtotal	63.411.507	100,00%	96,86%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	2.037.998	99,07%	3,11%
4,1 - 6	19.127	0,93%	0,03%
Subtotal	2.057.126	100,00%	3,14%
Total	65.468.633		100,00%

²² A cotação do dólar (venda) do dia 30/04/2012 foi de 1,8918; e a do dia 30/06/2012 foi de 2,0213.

²³ A meta da dívida para o exercício de 2011, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 10/11/2011, foi de 2,29.

estoque da dívida do Estado, essa diferença ocorreu em razão do aumento da Receita Líquida em 3,3%.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 96,9% do estoque. Desse montante, 91,9% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6%.

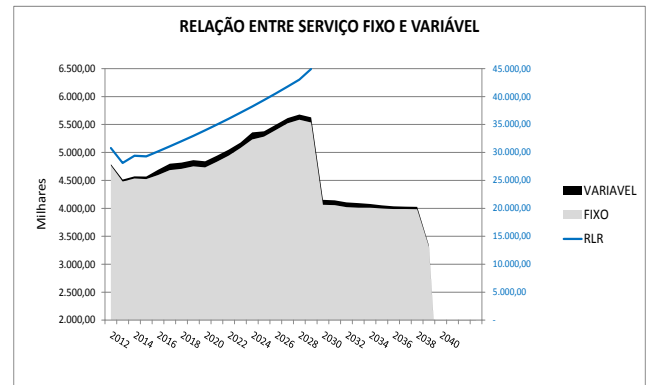
Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante aos vencimentos do curto prazo²⁴, que representam 7,1% do total do serviço a pagar até 2039, apenas 0,04% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR²⁵. No exercício seguinte ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento firmado ao amparo da Lei nº 9496/97.

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 2,4%.

Em relação ao prazo médio de amortização²⁶ e ao prazo médio de repactuação²⁷, estes atingiram 11,04 anos e 10,54 anos, respectivamente.

Gráfico 20



²⁴ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

²⁵ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 à 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

²⁶ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

²⁷ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Cenários Econômicos

CENÁRIO ATUAL

Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,28%	188.027.968,62
IGP-DI	86,71%	59.089.529.215,92
DÓLAR	6,90%	4.698.868.989,96
TR	2,56%	1.744.250.705,79
TJLP	1,55%	1.054.865.756,22
LIBRA	0,00%	3.103.949,50
IENE	0,00%	-
SELIC	1,46%	998.188.128,58
S/ CORREÇÃO	0,54%	366.320.114,10
TOTAL	100,00%	68.143.154.828,69

jun/12

CENÁRIO OTIMISTA

Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,29%	188.027.968,62
IGP-DI	86,01%	55.644.280.958,10
DÓLAR	7,26%	4.698.868.989,96
TR	2,70%	1.744.250.705,79
TJLP	1,63%	1.054.865.756,22
LIBRA	0,00%	3.103.949,50
IENE	0,00%	-
SELIC	1,54%	998.188.128,58
S/ CORREÇÃO	0,57%	366.320.114,10
TOTAL	100,00%	64.697.906.570,87

jun/12

CENÁRIO PESSIMISTA

Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,26%	188.027.968,62
IGP-DI	87,33%	62.420.926.663,64
DÓLAR	6,57%	4.698.868.989,96
TR	2,44%	1.744.250.705,79
TJLP	1,48%	1.054.865.756,22
LIBRA	0,00%	3.103.949,50
IENE	0,00%	-
SELIC	1,40%	998.188.128,58
S/ CORREÇÃO	0,51%	366.320.114,10
TOTAL	100,00%	71.474.552.276,41

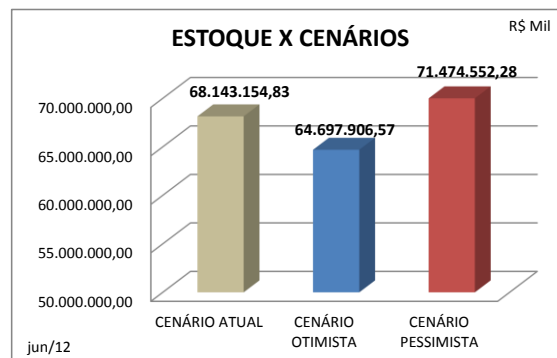
jun/12

Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado nas tabelas acima, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 6,78 bilhões e, em valores relativos, de 10,47%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada à composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 0,62% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 86,71%, no cenário atual, para 87,33%, no cenário pessimista.

Analisando-se o cenário macroeconômico o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) recuou de 0,91%, em maio, para 0,69%, em junho, resultando em inflação acumulada em doze meses de 5,66% (8,63%, em junho de 2011). O principal componente desse indicador, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), variou 5,54% em doze meses até junho, refletindo aumento de 4,72%, no segmento industrial, e de 7,86%, no agrícola. Na desagregação segundo o estágio da produção, observou-se, na mesma base de comparação, avanço de 5,41%, nos preços de matérias-primas brutas; de 6,29%, nos de bens intermediários; e de 4,79%, nos de bens finais. Já a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), segundo componente mais importante do IGP-DI, ficou em 5,37% em doze meses até junho (6,40% em junho de 2011). O Índice Nacional de Custo da Construção

Gráfico 21



(INCC), componente de menor peso no IGP-DI, variou 7,04%, impulsionado pelo aumento no custo da mão de obra.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 977,15 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em maio e junho de 2012:

- R\$ 885,56 milhões foram destinados para o Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J. – Pró-Cidades (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 34,84 milhões, destinados para o Programa Saneamento para todos – PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 32,91 milhões, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 9,54 milhões, para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 7,65 milhões, para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 6,12 milhões, destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA) e ;
- R\$ 527,32 mil, destinados ao Programa de Modernização da Administração Estadual – PMAE I e II (recursos provenientes do BNDES).

Tabela 35
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal
Ente: Estado do Rio de Janeiro
Data: 30.06.2012

Valores em R\$ mil

	2012		TOTAL
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	1.156.167,66	1.060.186,73	5.965.134,08
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	1.012.428,25	540.699,00	4.535.437,10
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	12.153,14	12.153,14
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	527,32	-	-
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	67.390,31	175.000,00	446.750,40
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	32.623,35	49.492,35	49.492,35
5. BNDES PMAE II	-	7.176,52	7.176,52
6. CAIXA PAC	26.324,29	39.000,00	107.399,61
7. CAIXA - VIALIGHT	-	-	259.138,33
8. BNDES - MARACANÃ_COPA 2014	-	212.000,00	320.000,00
9. B. BRASIL - PROGRAMA PRÓ-CIDADES	885.563,00	-	2.760.000,00
10. BNDES - METRÔ LINHA 4 - FASE I	-	37.877,00	157.954,51
11. CAIXA - PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II	-	8.000,00	415.372,24
Demais	143.739,40	519.487,73	1.429.696,98
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	124.795,88	193.131,85	193.131,85
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	7.648,62	9.165,89	43.881,72
3. BID - PROFASZ (profisco)	702,74	18.974,37	26.874,46
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	300,00	26.926,51	37.317,16
5. BID PRODETUR	10.292,16	168.173,51	214.904,62
6. BID - PSAM	-	103.115,61	913.587,17
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	2.093.370,51	4.229.900,20
1. PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTES II ADICIONAL - PET II ADIC. BIRD	-	94.834,42	1.212.780,00
2. AM - ARCO METROPOLITANO - CAF	-	74.000,00	404.260,00
3. INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I	-	36.917,07	113.508,00
4. MRE - MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL - PRÓ VIAS - CAF	-	40.000,00	604.761,17
5. POE - PROGRAMA DE OBRAS EMERGENCIAIS - CAF	-	40.000,00	189.180,00
6. PROCOPA II - CAF	-	44.400,00	228.275,94
7. DPL III - FASE I	-	606.390,00	567.540,00
8. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E MOB. URBANA PMU FASE I	-	797.402,85	746.315,10
9. RIORURAL - ADICIONAL	-	16.427,51	189.180,00
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (3)	-	463.092,35	3.074.968,79
Total	1.156.167,66	3.616.649,59	13.270.003,07

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de jun/2012

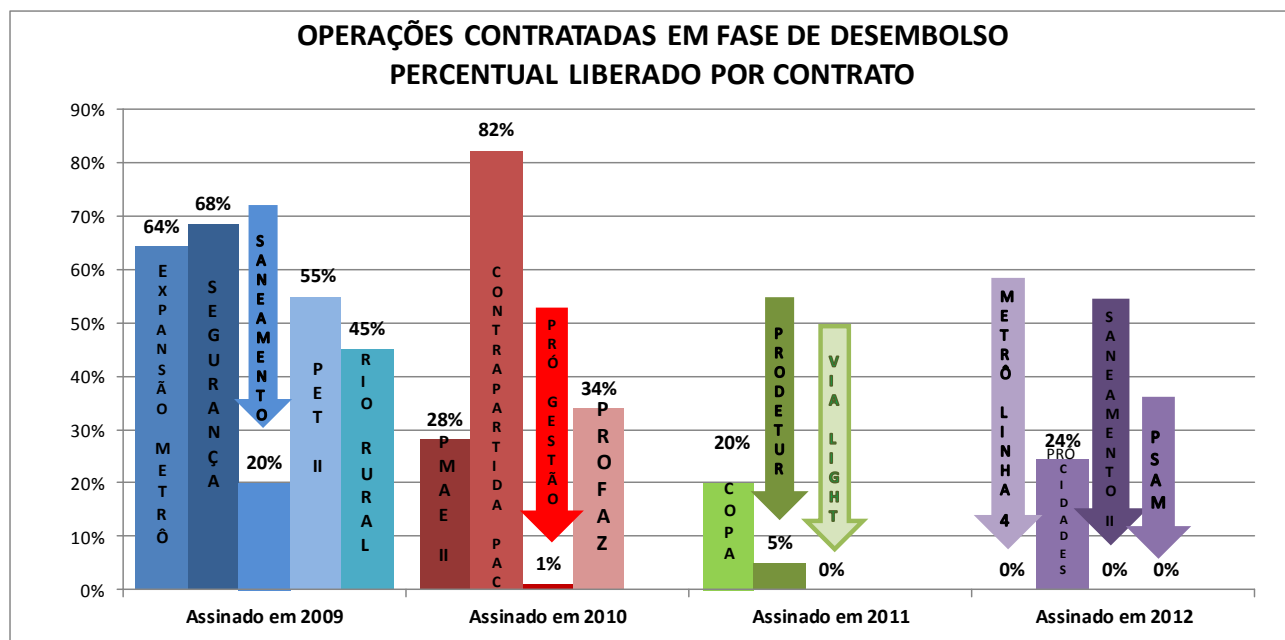
(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 10/11/2011, atualizados pelo IGP-DI/2012.

Tabela 36

Ente: Estado do Rio de Janeiro
Data: 30.06.2012

	DATA DA ASSINATURA	EXECUTOR DO PROJETO	MOEDA	VALOR CONTRATADO	TOTAL LIBERADO	%
BNDES						
BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - 12.1.169 A	25/11/2009	TESOURO ERJ	URTJLP	17.202.587,2014	11.046.232,6905	64%
BNDES - SEGURANÇA - 12.1.173	10/08/2009	SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	54.459.623,6869	68%
BNDES PMAE II 1.1.176	26/05/2010	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	1.421.158,1800	28%
MARACANÃ COPA 2014 - BNDES - 12.1.185	29/07/2011	SEOBRAS	URTJLP	202.626.033,3928	40.525.206,6786	20%
METRÔ LINHA 4 - FASE I - BNDES - 12.1.188	12/06/2012	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,9500	-	0%
B. BRASIL						
PROGRAMA PRÓ-CIDADES - BANCO DO BRASIL 12.1.187	05/06/2012	SEOBRAS	DÓLAR	1.786.165.115,00	435.594.195,77	24%
CAIXA						
CAIXA - SANEAMENTO - 12.1.171	07/07/2009	CEDAE	REAIS	558.000.000,00	111.249.599,33	20%
CAIXA PAC 12.1.177	24/06/2010	SEOBRAS	URTJLP	307.002.053,00	252.597.161,84	82%
VIALIGHT - CAIXA - 12.1.178	28/06/2011	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	-	0%
PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA 12.1.189	22/06/2012	CEDAE	UPR-CEF	20.150.948,04	-	0%
BIRD						
BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II - 21.1.017	24/09/2009	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	116.151.666,78	55%
BIRD - RIO RURAL - 21.1.1018	14/12/2009	SEAPPA	DÓLAR	39.500.000,00	17.790.349,87	45%
BIRD - PRÓ-GESTÃO 21.1.021	22/11/2010	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	211.039,04	1%
BID						
BID - PROFAZ (profisco) 21.1.020	10/05/2010	TESOURO ERJ	DÓLAR	19.759.050,00	6.680.588,43	34%
BID PRODETUR - 21.1.022	08/08/2011	SETUR	DÓLAR	112.000.000,00	5.680.000,00	5%
BID-PSAM - 21.1.024	20/03/2012	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	-	0%

Gráfico 22



VI.VIII. Acompanhamento Financeiro de Convênios²⁸

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 3º bimestre de 2012, com 640 Convênios de Despesa e 402 Convênios de Receita vigentes²⁹.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças³⁰ já na esfera dos Convênios de Receita o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC³¹ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 124 convênios, beneficiando 67 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 465,13 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura. No 3º bimestre, foram empenhados, R\$ 20,32 milhões, liquidados R\$ 21,69 milhões e pagos R\$ 19,38 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 516 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Nos meses de maio e junho, foram empenhados cerca de R\$ 179,33 milhões, liquidados R\$ 188,21 milhões e pagos R\$ 190,90 milhões. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 1,17 bilhão.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 3º bimestre de 2012, o total de 57 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um

²⁸ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

²⁹ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

³⁰ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

³¹ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

investimento de R\$ 2,39 bilhões³². Dessa importância, R\$ 1,42 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e R\$ 976,99 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 3º bimestre de 2012, foram repassados em torno de R\$ 1,10 bilhão. Sendo destinados 72,74% à área de Habitação e de 27,26% à área de Saneamento.

O Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP-Rio) da Casa Civil do Estado participou do 3º Congresso Fluminense de Municípios – organizado pela Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (AEMERJ) em parceria com o Governo do Estado, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e Prefeitura do Rio de Janeiro – nos dias 3 e 4 de maio, no Centro de Convenções Sul América, no Rio. O tema debatido na edição deste ano foi “Gestão Pública e Sustentabilidade: Oportunidades e Desafios”.

Dentro do ciclo de palestras, a Superintendente de Convênios do EGP-Rio, Dulce Botto, falou sobre o Programa Estadual de Captação e Gestão de Recursos para Municípios (PECAM), que tem como objetivo orientar prefeituras para manter a adimplência junto ao Tesouro Nacional. Dos 92 municípios fluminenses, 78 já aderiram ao programa. O programa incentiva a autonomia dos municípios para que identifiquem, controlem e sanem eventuais problemas relacionados à gestão de projetos e convênios.

Assim, por meio do exemplo dado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, que possui o EGP-Rio, ligado à Casa Civil, capaz de garantir qualidade e eficiência na gestão de projetos e convênios, o município de Nova Friburgo também decidiu implantar um Escritório de Gerenciamento de Projetos em sua administração. Para isso, a Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais da cidade, responsável pela gestão de convênios e contratos de

32 Valor original desconsiderando os aditivos.



repasse vindos dos governos estadual e federal, foi transformada em EGP-Friburgo.

A ideia surgiu após Nova Friburgo passar a fazer parte do PECAM. Com este programa, a cidade recebeu consultoria, realizada por técnicas da área de convênio do EGP-Rio, referente à administração pública, manutenção da adimplência e acompanhamento da execução de convênios.